

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-
BRASILEIROS

MARCELO COSTA CARDOSO

A JORNADA DE UMA AFRICANA NO MARANHÃO OITOCENTISTA:
o caso de Catharina Rosa Ferreira de Jesus entre 1851 a 1886

São Luís
2023

MARCELO COSTA CARDOSO

A JORNADA DE UMA AFRICANA NO MARANHÃO OITOCENTISTA:

o caso de Catharina Rosa Ferreira de Jesus entre 1851 a 1886

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciatura.

Orientadora: Profa. Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz.

São Luís

2023

C268j Cardoso, Marcelo Costa

A jornada de uma africana no Maranhão oitocentista: o caso de Catharina Rosa Ferreira de Jesus entre 1851 a 1886. / Marcelo Costa Cardoso. – São Luís, 2023.

59 p.: il. color

Orientadora: Profa. Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz.
Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, Universidade Federal do Maranhão, 2023.

1. Catharina Mina - Maranhão. 2. Diáspora Africana. 3. Mulher negra. 4. Comércio. I. Título.

CDU 929:396(812.1)“19”CATH

MARCELO COSTA CARDOSO

A JORNADA DE UMA AFRICANA NO MARANHÃO OITOCENTISTA:

o caso de Catharina Rosa Ferreira de Jesus entre 1851 a 1886

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciatura.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Tatiane da Silva Sales

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Marinelma Costa Meireles

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)/Campus
Barreirinhas

A minha mãe Iracilda Brito Costa minha maior referência, que jamais deixou de lutar pela educação de seus filhos.

AGRADECIMENTOS

A responsabilidade de escrever os agradecimentos é tão importante quanto a escrita do trabalho acadêmico, porém é uma experiência imensurável que propicia a rememoração de todos os passos dados até aqui, percebendo imediatamente que nada fazemos sozinhos. As palavras aqui manifestadas, não poderão dimensionar a gratidão que tenho a cada pessoa que me apoiou e fortaleceu nessa caminhada.

Agradeço minha rainha, minha mãe Iracilda Brito Costa, que apesar de todas as dificuldades não mediu esforços para que buscássemos o caminho da educação, lutando dia e noite para que não faltasse nada à mesa, meu suporte de todas as horas e o maior exemplo de vida que me inspira todos os dias, te amo mãe.

A meu irmão Marcos e às minhas irmãs Yrayana, Marisa e Taiane por nunca me deixarem esquecer que família é amor, união e força. Obrigado por me presentear com a vida das minhas sobrinhas Lunna e Lívia Manuele, e dos meus sobrinhos Willier Davi e Antony Rian (que logo nascerá para completar a família).

Agradeço de modo especial à minha esposa Kádila Moraes de Abreu, companheira de todas as horas, conselheira e cuidadosa, minha metade. Você melhora meus dias e me faz acreditar constantemente no meu potencial, te amo com todas as minhas forças e estarei sempre ao seu lado, conforme nosso compromisso diante do altar.

À minha orientadora Prof^o. Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz, te agradeço por cumprir a promessa de 2019 em que afirmou que me faria amar a história, e de fato amo tudo isso, obrigado por ser uma grande incentivadora da minha pesquisa, você impactou positivamente a minha vida, gratidão pela paciência e por aceitar orientar este trabalho.

Aos meus professores que tanto lutam pela Licenciatura, especialmente às minhas professoras Cidinalva Câmara, Kátia Regis, Tatiane da Silva, Viviane Barbosa, Maria da Guia, Luanda Martins e Claudimar Durans, vocês fazem parte desta construção, e sou eternamente grato por aprender com cada uma de vocês, obrigado pela dedicação e o amor com que exercem a docência.

A Eliana da Silva, técnica administrativa da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (LIESAFRO), somos privilegiados por ter em nosso curso uma profissional tão competente e solícita para contribuir em qualquer

necessidade durante nosso processo, você é luz e potencializa toda essa construção coletiva que é a LIESAFRO.

Não posso deixar de agradecer a todos os discentes da turma 2019, especialmente aqueles que tenho orgulho de chamar de amigos, Margareth Argemira, Alex Rabello, Júlia Taiane, João Lucas e Jaquileude Martins, vocês tornaram essa caminhada mais leve, é bom perceber que resistimos e que cada um é uma força, um potencial, fico feliz de saber que somos frutos da LIESAFRO e sem dúvidas bons profissionais, obrigado por tudo.

Toda essa pesquisa nasceu de um encontro, embora no início eu tenha mudado várias vezes o tema da monografia, os caminhos trilhados ao longo da formação me levaram até Catharina Mina, tudo foi se encaixando à medida que buscava informações sobre essa mulher. Um dos grandes responsáveis por me fazer desejar conhecer mais das personalidades negras maranhenses, foi meu amigo Rômulo Mafra que me convidou a construir roteiros de turismo que contemplassem a história negra ludovicense, essa foi a chave que abriu muitas portas e fortaleceu meu compromisso com a história da querida Catharina. Gratidão por tudo Rômulo, o caminho se faz caminhando.

Agradeço também a Luara Matos que nunca deixou de estar comigo, servindo de apoio e motivação, obrigado amiga pelos momentos de partilha, que teus caminhos continuem abertos, você é um grande exemplo para mim, muito axé na sua caminhada.

Por fim, agradeço a Deus e a minha ancestralidade, a essa força inesgotável, que nutre minha existência e que fortalece meus passos para seguir confiante, que minha vida possa de fato contribuir para que a história não contada, seja celebrada e honrada, que esta pesquisa sirva para fortalecer a luta negra no Maranhão, obrigado Catharina Rosa Ferreira de Jesus por ser parte da minha história e da história do meu povo.

“Sempre carregamos quem somos e de
onde viemos.”
(Luanda Martins, 2022)

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a trajetória de Catharina Rosa Ferreira de Jesus, africana de nação Mina, que viveu em São Luís do Maranhão no século XIX. Destacou-se como líder comercial no bairro da Praia Grande, expandindo seu comércio por toda a ilha de São Luís. A pesquisa debruçou-se sobre fontes documentais e bibliográficas, dando ênfase aos jornais do Maranhão oitocentista presentes na Hemeroteca Digital Brasileira, onde mapeamos as diversas notícias referentes a esta empreendedora, traçando o perfil de uma mulher negra intensamente noticiada na imprensa maranhense, entre os anos 1851 a 1886. O caso de “Catharina Mina”, como era conhecida na cidade, nos ajuda a entender que a história das mulheres negras não se resume à história da escravidão.

Palavras-chave: Catharina Mina. Diáspora Africana. Mulher negra. Maranhão. Comércio.

ABSTRACT

This work discusses the trajectory of Catharina Rosa Ferreira de Jesus, an African from the Mina nation, who lived in São Luís do Maranhão in the 19th century. It stood out as a commercial leader in the Praia Grande neighborhood, expanding its trade throughout the island of São Luís. The research focused on documentary and bibliographic sources, placing emphasis on newspapers from nineteenth-century Maranhão present in the Hemeroteca Digital Brasileira, where we mapped the several news items referring to this entrepreneur, outlining the profile of a black woman heavily reported in the Maranhão press, between the years 1851 and 1886. The case of “Catharina Mina”, as she was known in the city, helps us understand that the history of women black women is not limited to the history of slavery.

Keywords: Catharina Mina. African Diaspora. Black woman. Maranhão. Business.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação dos vestuários de mulheres negras do Maranhão - sec. XIX	26
Figura 2 – Registro de Catharina à irmandade do Glorioso São Benedito - Igreja Santo Antônio	42
Quadro 1 – Levantamento de notícias na Hemeroteca Digital Brasileira	34
Quadro 2 – Exemplos de citações nas tipografias oitocentistas do Maranhão	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CATHARINA MINA ENTRE A DIÁSPORA E A ATHENAS BRASILEIRA	16
2.1	O cotidiano da diáspora africana em São Luís do Maranhão nos Oitocentos	21
3	DE MERCADORIA À COMERCIANTE	29
3.1	Catharina Mina nas tipografias ludovicenses	33
3.2	Catharina: suas relações e suas redes	37
3.3	Senhora de escravos?	43
4	UMA PRESENÇA QUE RESISTE AO TEMPO	46
4.1	Catharina Mina na escrita acadêmica	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado retrata, como diz o título, *A Jornada de uma africana no Maranhão Oitocentista: o caso de Catharina Rosa Ferreira de Jesus entre 1851 a 1886* -, com objetivo de traçar um itinerário sobre a existência da conhecida *Catharina Mina*. Até o presente momento, ela é memorada a partir das tradições orais do centro histórico da ilha, onde muitas vezes replica-se conteúdos estereotipados, carregados de preconceitos e com poucos fundamentos históricos.

Há dois anos, alguns estudiosos debruçaram-se na análise documental do testamento e do inventário de Catharina, trazendo à luz importantes informações sobre essa africana de nação Mina. Tais descobertas geraram novas possibilidades de pesquisas para compreender, como esta mulher enriqueceu em uma sociedade que expurgou qualquer possibilidade de ascensão de pessoas marcadas pela escravidão.

Com o encontro de vasta documentação nos impressos da época tratando da sua trajetória, foi possível traçar um perfil mais aprofundado, proporcionando o encontro com uma história desconhecida. Isso representa um marco para se pensar nas muitas outras existências negras do passado brasileiro, desconstruindo dessa forma, a visão errônea de resumir a história da diáspora africana à dor da escravidão.

Pensando nessa jornada, é preciso considerar as intersecções que envolvem esta personalidade histórica, debruçando nossa visão e análise no campo de estudo voltado à história das mulheres, à microhistória e à história social, vertentes essas que fundamentam esta pesquisa.

Os estudos debruçados sobre a história das mulheres no Brasil têm sua gênese na década de 70, marcados pela força crescente dos movimentos feministas no mundo, gerando importantes pesquisas que desencadearam em 1980 na definição da temática como campo de análise. Nesse sentido, a historiografia suscita importantes movimentos no modo do olhar e do fazer histórico, onde a mulher figura em papel de destaque, rompendo com a visão engessada de um fazer histórico em que o homem é o centro das narrativas.

Um dos trabalhos mais completos dedicados a esta temática, é sem dúvidas, o livro organizado pela historiadora Mary del Priore, lançado em 2006, intitulado *História das Mulheres no Brasil*, reunindo contribuições de pesquisadores e

pesquisadoras, debruçados nos vários conteúdos relacionados à realidade das mulheres brasileiras.

O livro *História das Mulheres no Brasil* dedicou-se pouco à realidade da mulher negra e a toda a complexidade que envolve esta questão, o que ilustra bem as várias denúncias feitas por ativistas, escritoras e pesquisadoras, entre outras mulheres negras, que apontavam o racismo dentro dos movimentos feministas, onde não se discutia a realidade das mulheres pretas.

Entre os debates mais importantes, podemos citar as contribuições de Angela Davis, autora do livro *Mulheres, Raça e Classe*, de 1981, e Kimberlé Crenshaw, que em 1989 cunhou o termo *Interseccionalidade*¹. No Brasil, o feminismo negro ganha força na década de 80, tendo como uma das principais pensadoras e militantes, Lélia González, referência das discussões de gênero, raça e classe, colocando no centro de suas ideias, a mulher negra brasileira.

Diante de todo este cenário aqui apresentado, a história das mulheres negras no Brasil ainda é uma vertente tímida da nossa historiografia. Pouco se sabe sobre quem foram essas mulheres negras que viveram no Brasil de antanho, quais as suas contribuições na nossa construção cultural e identitária, realidade esta que é sentida em todo o país. O Maranhão, Estado brasileiro profundamente marcado pela ancestralidade negra, segue a mesma conjuntura do restante do Brasil, com poucos trabalhos dedicados às mulheres, a maior parte desenvolvida nos últimos 10 anos.

Destarte, o presente trabalho dedica-se a mostrar a história de uma mulher negra e seus feitos no Maranhão oitocentista, apresentando a trajetória da africana que viveu e atuou comercialmente na província maranhense. Catharina Rosa Ferreira de Jesus, de nação mina, foi submetida a escravidão como inúmeras mulheres africanas desta época. Desenvolveu-se no comércio de ganho, vendendo farinha e carne de charque nos principais pontos comerciais de São Luís, a capital da província.

Entre os moradores de São Luís foi reconhecida e homenageada nos impressos. A empreendedora de condição servil, de uma pequena barraca no terreiro público construiu uma rede comercial, expandindo seus negócios por toda cidade, e assim, a preta mina enriqueceu.

¹ Interação entre dois ou mais fatores sociais que definem uma pessoa.

São muitas as nuances dos caminhos percorridos pela comerciante, mãe, católica, madrinha e amiga. Catharina aparece nos jornais a partir da segunda metade do século XIX, e permanece neles mesmo após sua morte em 1886. Presente na oralidade maranhense, pouco ou quase nada se sabe sobre a trajetória da africana. O que se conta sobre ela tem suas mais variadas intenções e nutre questões até então não respondidas, afinal, como uma mulher negra, estrangeira, escravizada, conseguiu enriquecer no Maranhão escravista?

Catharina Mina fez história em São Luís, demonstrando que os corpos pretos no Brasil não devem ser acessados apenas pela perspectiva da dor e da escravidão. A história dela, entretanto, é muito mais complexa. Do micro ao macro é possível traduzir as dinâmicas que teceram as relações entre as muitas sociedades que compunham a formulação da nossa cultura e identidade.

A farinha, principal produto consumido pelos maranhenses, foi a escolha da comerciante que rapidamente se utilizou dos jornais para vender suas mercadorias. O jornal torna-se instrumento de divulgação, mas também de informação, lugar privilegiado para noticiar avisos importantes, fazer convites ou se impor diante das injustiças. Catharina enxergava o potencial do jornal e prontamente posicionava-se por meio dele, essa presença constante nos periódicos garantiu a ela ser vista e lida em uma sociedade onde poucos tinham acesso à leitura.

Suas redes de sociabilidade eram muitas, e na maioria das vezes construídas pela própria Catharina, como por exemplo: o oferecimento de banquetes em seu sítio no Vinhais velho, dedicada em devoção ao fundador dos Mercedários, São Pedro Nolasco; ela era contribuinte da subscrição popular para reforma da igreja São José do Desterro e não deixava de enfatizar ser *Livre de qualquer devedor*, pois não comprava fiado, como noticiou em algumas edições dos jornais da ilha.

O presente trabalho dedicou-se à investigação da vida de Catharina Rosa Ferreira de Jesus a partir dos periódicos maranhenses do século XIX. Essa documentação foi negligenciada pelos poucos estudiosos dessa personagem. Surpreendentemente muitas são as notícias que envolvem a vida da africana, tornando-a, a mulher preta mais citada positivamente nas tipografias do Maranhão oitocentista.

Outras pesquisas documentais nos ajudaram a aprofundar as subjetividades que formaram esta comerciante. Em seu testamento, a imagem de mãe, líder

comercial e senhora de escravos, se acentua, revelando facetas até então não conhecidas ou pouco evidenciadas pelos investigadores dedicados à preta mina do Maranhão. Fontes reveladoras impulsionaram novas descobertas, direcionando-nos àquilo que se defende neste trabalho: mostrar que a história negra não se resume à história da escravidão.

Nestes encontros e reencontros favorecidos pelo processo da pesquisa, descobrimos a ligação da comerciante com a irmandade do Glorioso São Benedito, com seus encontros na Igreja de Santo Antônio, onde anos mais tarde Catharina depositava os restos mortais de seu filho, Pedro Amaro dos Santos.

Debruçados na análise desta microhistória, ampliamos as possibilidades que envolvem as ancestralidades negras no Brasil, além de fortalecer a ideia de que não existe uma história, única como bem defendeu Chimamanda Ngozi Adichie². Baseados nisso, direcionamos nosso olhar para a história do Maranhão, laureada por vultos históricos, que em sua maioria representam a sociedade dominante formada por homens brancos, descendentes dos europeus, membros da elite política e econômica, figurados como atenienses, as vozes da nossa história.

Em um Estado tão abrangente, composto por inúmeros quilombos, formado majoritariamente pela sociedade negra (pretos e pardos)³, onde estão as outras histórias? Aquelas, que o *Maranhão branco* não nos contou? São essas subjetividades, que nos interessam nesta busca por compreender uma história muito mais abrangente, que retrata caminhos até então desconhecidos, sobre a ancestralidade afro-maranhense.

Descortinar narrativas ouvidas entre as ruas e becos da capital maranhense, leva-nos a ultrapassar a personagem Catharina, a preta africana que enriqueceu no Maranhão, aquela antiga província brasileira, que se consolidou como escravista na segunda metade do século XVIII. O objetivo é tentar compor a história com a Catharina palpável, com todas suas intersecções, com suas estratégias e compromissos, com sua fé e sua dedicação, como um símbolo do ontem, do hoje e possivelmente do futuro.

Esses detalhes da vida de Catharina por si só já nos impulsionam a seguir os rastros de seu passado a fim de compreender toda essa trajetória conflitante,

² Ver: ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

³ Categoria utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), definindo como negros, as populações que se autodeclararam pretos e pardos.

diante de uma sociedade escravocrata, que colocava a mulher negra na base da pirâmide hierárquica, subjugada a ser a inferior do inferior.

O desenvolvimento deste trabalho formulou-se pelo interesse de traçar o percurso de vida da africana a partir do que se pode ler nas notícias jornalísticas e em outras fontes. No primeiro capítulo discorreremos sobre os cenários que marcaram o Maranhão oitocentista, dividido entre a ideia de Atenas Brasileira e a diáspora africana, viva e atuante no seio da urbe. No segundo capítulo, traçamos o itinerário de luta que levou a escravizada a uma surpreendente ascensão social e comercial na cidade maranhense, com seus passos noticiados nos periódicos ludovicenses. No último capítulo, reconheceremos toda a representatividade de Catharina, referência esta que resiste ao tempo, necessária para mostrar um Brasil que poucos acessam, um outro lado da história em que a mulher é protagonista, rompendo com todas imposições que invisibilizam a história das mulheres pretas em nosso país.

Defendemos que este é um grande passo para se pensar a história das mulheres negras maranhenses, aquelas que foram submetidas à diáspora, mas também, às nascidas aqui. Catharina Rosa Ferreira de Jesus aponta como uma seta para novas perspectivas, despertando a demanda de se contemplar na historiografia maranhense essa ancestralidade que efetivamente participou da história ludovicense.

2 CATHARINA MINA ENTRE A DIÁSPORA E A ATHENAS BRASILEIRA

As histórias africanas e a de seus descendentes não podem ser traduzidas pelo prisma da escravidão, uma vez que o conjunto historiográfico sobre povo negro no país revelam narrativas de emancipação, protagonismo, ascensão social e econômica e outras possibilidades que efetivamente formaram nossa identidade nacional. Até que ponto essas histórias são compartilhadas? Divulgadas ou celebradas? Qual história nós acessamos? Quais personagens protagonizam essas histórias? Quem as conta? Seria a história negra brasileira, apenas e unicamente, a história da escravidão?

Em *O precursor do Abolicionismo no Brasil*, o autor discorre sobre o advogado Luiz Gama e “[...] outros vultos do Brasil de antanho”, serem lembrados apenas quando “[...] se torna impossível fugir-lhe a lembrança do nome”, continua chamando atenção sobre as narrativas repetidamente mal comentadas e até adulteradas, tornando a imagem do negro, esteriótipada, “[...] interessante ao primeiro olhar, perfeitamente irritante depois”. (MENNUCCI, 1983, p. 13).

Além desse fenômeno, outros historiadores chamaram atenção para a tentativa de silenciamento e até embranquecimento da imagem de algumas personalidades negras brasileiras. Exemplo disso é o caso destacado por Vaccari (2019) sobre a constante tentativa da historiografia em embranquecer a imagem do compositor negro brasileiro, o padre José Mauricio Nunes. O silenciamento também operou no caso de Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista do Brasil e fundadora da literatura afro-brasileira

O fato de Firmina não ter sido evidenciada em manuais de literatura, ocasionou esse apagamento que durou mais de cem anos. A escritora viveu em um momento onde a mulher era considerada inferior intelectualmente em relação aos homens, e o negro também era inferiorizado. A ousadia de uma mulher negra em usar sua pena para denunciar o real da história referente a escravidão, poderia ter causado esse “silenciamento”. (RIBEIRO; RÉGO, 2019, p. 216).

São essas histórias individuais que nos ajudam a compreender de forma mais ampla a história africana e afro-brasileira. Adentrando na diegese dessas subjetividades é possível engendrar novas possibilidades que a corruptela da travessia atlântica fora incapaz de deter.

Em São Luís, no dia 12 de maio de 1886, o Jornal *Pacotilha* anunciou o falecimento de Catharina Rosa Ferreira de Jesus, uma africana que ascendeu

socialmente e economicamente na capital. O anúncio em destaque no impresso, reconhecia o labor de uma mulher trazida ao Maranhão em condição servil

Deixou hontem de existir Catharina Rosa Ferreira de Jesus, vulgarmente conhecida como Catharina Mina. Tinha a finada uma individualidade perfeitamente accentuada entre nós. De humilde condição servil em que foi transportada para aqui, conseguiu elevar-se até viver na abundância, deixando por sua morte uma sofrível fortuna, feita a custa de muito labor. Em seu solemne testamento declarou livre todos os escravos que possuía.⁴

Entre crônicas e lendas ludovicenses, a história acessada por meio da oralidade na *urbe* nos mostra aspectos superficiais da existência desta africana na antiga São Luís. Catharina Mina geralmente é descrita como uma mulher poderosa, bela e sedutora, tendo conquistado grande fortuna por meio dos presentes que recebia de comerciantes abastados do bairro Praia Grande

Catarina deixou fama de mulher bela e elegante, capaz de enfeitiçar ricos do comércio. Quando saía à rua, como seu séquito, vestida de finas sedas e brocados, colo, braços e orelhas cobertas de jóias, ombreava em formosura e cortesia com as grandes damas da época. (LIMA, 2007, p. 41).

O escritor Carlos Lima (2007) propaga uma história conhecida e que permanece acentuada entre as ruas e becos do centro histórico da cidade. Mas afinal, como esta mulher africana enriqueceu no Maranhão oitocentista, no auge da escravidão?

Antes de responder a este questionamento, é preciso entender as dinâmicas da cidade de São Luís na segunda metade do século XIX, período em que Catharina passa a ser anunciada nos impressos ludovicenses, em suas atividades comerciais, religiosas e cívicas.

Como capital da província do Maranhão, concentrava-se em São Luís “[...] o comércio e a burocracia regional.” (COSTA, 2018, p. 242). O mercado escravista na província maranhense se estabeleceu mais dinamicamente a partir da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, na segunda metade do século XVIII, tendo como principal idealizador Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

O surgimento da Companhia buscava responder a uma crise econômica na região, devido a abolição da escravatura indígena de 1755 no Estado do Grão-Pará e Maranhão⁵. Uma nova fase da escravidão, verticalizada no trabalho dos africanos

⁴ Pacotilha: jornal da tarde, Maranhão, anno VI, n. 117, p. 3, maio 1886.

⁵ Unidade administrativa portuguesa na América do Sul, criada como Estado do Maranhão em 1621, Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1624 e Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751. Abrangia os Estados do Maranhão e Piauí, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima.

ganhou contornos mais efetivos com a entrada volumosa de escravizados vindos de África. O principal produto a alavancar a economia maranhense foi o algodão, que mudou a realidade social e estrutural da província, recebendo grande fluxo de africanos escravizados. Destarte, “[...] o algodão, apesar de branco, tornou preto o Maranhão” (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 57) dado a grande quantidade de homens e mulheres trazidos deste continente.

O mercado escravista seguiu a mesma dinâmica que ocorria em parte do nordeste brasileiro, tendo como principal parceiro em África, a Costa da Mina, região compreendida como Golfo do Benin ou da Guiné, na África Ocidental. A partir deste período o Maranhão entrou em sua *idade de ouro*, momento definitivo para o crescimento econômico do Estado, que até então sofria de grande penúria econômica. Em a História do Comércio do Maranhão 1612 - 1895, o autor ilustra a organização, finalidade e a estrutura da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão ao afirmar que:

A empresa era um corpo político, composto de um provedor, oito deputados, um secretário e três conselheiros com o fim de exercer o comércio e a navegação com o Estado do Maranhão e Grão-Pará, designação esta que seria em breve mudada para a de Estado do Grão-Pará e Maranhão. Para isso foi-lhe concedido o mais absoluto monopólio da navegação, do tráfico de negros, da venda de mercadorias e compra de generos coloniais, pelo prazo de vinte anos. (VIVEIROS, 1954, p.70).

Viveiros (1954) aponta a Companhia como responsável pelo progresso da província nos últimos quarenta anos do período colonial, além de destacar a concordância unânime dos historiadores com relação a este cenário. Afirma, que a Companhia “[...] criou e desenvolveu as fontes da economia maranhense” (VIVEIROS, 1954, p. 74).

O cenário maranhense mudou drasticamente com a efetiva presença africana escravizada e subalternizada, que de maneira intensa, passava a participar do desenvolvimento da província, especialmente na capital, onde, segundo Agenor Gomes, “[...] edificara-se sangrando mão de obra escrava” (GOMES, 2022, p. 46).

Neste trabalho não aprofundaremos os debates entre historiadores que discorrem sobre a historiografia do Maranhão, mas corroboramos com o que defende Yuri Costa ao afirmar que “[...] as representações das elites do século XIX pouco traduziram a sociedade maranhense subalternas.” (COSTA, 2018, p. 247). Essa postura continua atuante nos séculos posteriores, quando no âmbito

historiográfico o negro e o indígena permanecem sendo vistos enquanto um corpo estranho na chamada *historia oficial*⁶.

A década de 1850 do século XIX marca um período de importantes transformações econômicas, políticas e sociais em todo o Brasil. No Maranhão o cenário foi conturbado, uma vez que se acumulavam as crises no comércio agro-exportador após uma série de eventos como, a *Independência do Brasil*⁷, em 1822 e a demora da adesão da província a essa nova realidade; a *Setembrada*⁸, em 1831; a *Balaíada*⁹ ocorrida entre os anos 1838 a 1841 e, finalmente, a proibição do tráfico de escravos no Brasil mediante a *Lei Eusébio de Queiros*¹⁰

Província agrícola e escravocrata, e, sobre essa base, economicamente rica e social e culturalmente desenvolvida, o Maranhão começou a entrar em crise, e o que, aliás, já se fizera mais antecipadamente pressentir em 1850, desde quando a chamada lei Euzébio de Queiroz confirmou a extinção do tráfico negreiro decretado em 1831. (MEIRELLES, 2012, p. 230).

Esses acontecimentos provocaram muitas mudanças na dinâmica provinciana do Maranhão. Embora a perspectiva da decadência aponte para o fim do tráfico de escravos como a gênese do declínio, é neste período que São Luís passa a ser vista, ou narrada como a Athenas Brasileira. Essa idealização se apoia neste contexto:

A Athenas Brasileira se alimentou de outras circunstâncias. No momento em que o Império Brasileiro já estava amplamente consolidado, o painel estético não era mais predominantemente romântico, ao contrário, havia sido contestado pelo parnasianismo, simbolismo, realismo e naturalismo. A euforia econômica, fruto das exportações, havia cedido espaço para o discurso de crise, *débâcle*, hecatombe econômica, sobretudo nas falas aristocráticas que acreditavam definharem com a crise agro-exportadora (BORRALHO, 2009, p. 31).

⁶ História difundida nos livros escolares e na mídia, elaborada e conservada por grupos dominantes da sociedade.

⁷ No dia 7 de Setembro de 1822 o Brasil rompe definitivamente com Portugal, tornando-se uma monarquia independente, aclamando D. Pedro como primeiro imperador do Brasil. Para conhecer dados mais atualizados sobre a adesão do Maranhão à independência, consultar Galves (2023).

⁸ Após abdicação de D. Pedro no ano de 1831, ocorreu em São Luís e em outras partes da província um movimento antilusitano, contando com grande participação popular, iniciada no mês de setembro, foi batizado como Setembrada.

⁹ Levante popular ocorrida na província do Maranhão no século XIX, exigiam melhores condições de vida e denunciavam os desmandos dos governantes maranhenses, seu nome tem como referência os cestos de balaios fabricados na região. Para saber mais, consultar Assunção (1998).

¹⁰ Estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Sua promulgação é relacionada, sobretudo, às pressões britânicas sobre o governo brasileiro para a extinção da escravidão no país. Veja mais informações no *Dicionário da Administração Pública Brasileira do Arquivo Nacional* (Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>).

Neste âmbito, a capital mantém um “[...] certo dinamismo comercial”, a exportação auferiu lucros às famílias abastadas ligadas ao mercado agro-exportador, além de ter permitido que os filhos dos grandes proprietários rurais, estudassem na Europa (BORRALHO, 2011, p. 48).

De acordo com Régia Agostinho da Silva, “A economia da segunda metade do século XIX, fortalecida com a agricultura da cana-de-açúcar proporcionou a uma parte da sociedade maranhense viver seu tempo de opulência.” (SILVA, 2013, p. 26).

Os privilégios conferidos a esses sujeitos pertencentes aos extratos mais abastados da província, sem dúvidas, foram nutridos pelo trabalho de homens e mulheres submetidos à condição servil pelo sistema escravista, assim sendo, “Entre a ascensão da economia do algodão e a abolição do cativo, a escravidão de negros africanos e de seus descendentes foi fator estruturante da economia e da sociedade do Norte do Maranhão.” (COSTA, 2018, p. 11). As benesses da instituição escravista garantiram de maneira duradoura, heranças mensuráveis à descendência desta sociedade que controlava o poderio econômico da província.

O grande contingente de negros escravizados ou libertos, por sua vez, permanecia na pobreza, submetido as circunstâncias que os apartavam de qualquer possibilidade de ascensão, desde o momento que foram trazidos ao chamado *Novo Mundo*. Além de terem seu papel ignorado na construção da epitetada Athenas Brasileira

Os poucos trabalhos que abordam a resistência escrava no Maranhão o fazem, basicamente, sobre as práticas de quilombos e insurreição. O mérito desses trabalhos é a reafirmação de que os escravos se mobilizaram reagindo contra a escravidão; contudo, não fazem uma análise das atitudes dos escravos, levando em conta o ponto de vista dos mesmos, pois o sucesso ou o fracasso de suas iniciativas é explicado a partir de elementos externos aos escravos. (PEREIRA, 2005, p. 178).

A história afro-brasileira precisa ser laureada para além desta esfera. Em São Luís não faltam narrativas capazes de sanar as lacunas do que reconhecemos como silenciamento do protagonismo negro na história ludovicense. Para acessar essas histórias é preciso compreender as dinâmicas da cidade com relação às pessoas escravizadas. Assim sendo, apresentamos um pequeno esboço do cotidiano afro-diaspórico na capital da província.

2.1 O cotidiano da diáspora africana em São Luís do Maranhão nos Oitocentos

Durante o século XIX, ao desembarcarem no Maranhão, parte dos africanos foram designados para os engenhos e outras áreas de produção rural da província, enquanto muitos permaneciam na capital submetidos à escravidão urbana.

Segundo essa lógica econômica, desde a segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX, no Norte do Maranhão, o mundo do trabalho ficou definido em torno de duas atividades básicas: a grande lavoura de exportação escravista e o comércio importador e exportador, permeado pelo tráfico de escravos, pela economia informal e por outras atividades, como: ofícios, serviços domésticos, comércio ambulante envolvendo um relativo contingente de trabalhadores e trabalhadoras escravas. (PEREIRA, 2021, p. 201).

Pereira (2021) destaca as categorias de trabalhos que variavam de acordo com o gênero de pessoas escravizadas ou livres. Enquanto as mulheres desempenhavam serviços domésticos, ou vendendo em tabuleiros pelas ruas da cidade, os homens trabalhavam em atividades de ofícios, atuando em áreas que exigiam determinado domínio.

A realidade das mulheres escravizadas no Maranhão se assemelhava às de outras regiões da América Portuguesa. Divididas em grupos de escravizadas domésticas, de aluguel e de ganho, a maior parte dessas pessoas trabalhavam no comércio ambulante, tendo como protagonistas neste tipo de trabalho as mulheres africanas. Neste sentido elas “[...] desempenhavam tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade.” (FIGUEIREDO, 2004, p. 121).

A prática do ganho era negociada na relação entre senhor e escravo, apesar disso, esses escravizados tinham mais autonomia de circulação pelos espaços da cidade “[...] mantinham relacionamento especial com o senhor, ao qual entregavam uma renda fixa por dia ou semana e conservavam o restante para o próprio sustento.” (GORENDER, 2016, p. 111). Dessa forma, muitas pessoas passaram a poupar e administrar essas pequenas quantias, sendo um dos possíveis caminhos para se conquistar a manumissão¹¹.

Já em 1850 o número de libertos no Maranhão era superior ao de cativos. Este segundo grupo foi massivamente enviado para outras partes do Brasil, iniciando assim um considerável crescimento do tráfico interno de escravizados

¹¹ Documento dado ou vendido a um escravizado pelo seu proprietário. Nesse documento, o proprietário abdica de todos os seus direitos sobre o escravizado, concedendo-lhe a liberdade.

Uma vez que o governo efetivamente tinha suprimido o tráfico ultramarino no começo dos anos 1850, o único tráfico de escravos que restava era o interno. Inevitavelmente, devido ao enorme número de africanos no país, muitos dos que foram transferidos de uma província para outra já tinham sofrido o tráfico transatlântico. Vinte e oito por cento daqueles chegando no Rio de Janeiro, vindos do Nordeste do Brasil, e registrados por alguns meses num documento de 1852, tinham nascido na África e pode se supor que alguns daqueles registrados como nascidos no Brasil eram na verdade africanos, importados após 1831, quando tais importações tinham se tornado ilegais. (GRAHAM, 2002, p. 126-127).

O trânsito da mercância escravista interna cresceu substancialmente logo após a Lei Eusébio de Queirós, apequenando o número de escravizados na região maranhense. A capital, no entanto, permaneceu seguindo a operação portuária, conservando seu caráter de centro econômico desta parte do Brasil. As dinâmicas cotidianas da população escravizada na São Luís oitocentista, são descritas pela fluxo constante nos espaços citadinos, onde esses trabalhadores atuam e sobrevivem das mais variadas formas:

No século XIX, na cidade de São Luís, as ruas, as esquinas e os becos eram lugares para muitas coisas. Os trabalhadores escravos os constituíam como território para as suas experiências de trabalho, intriga, vingança, mas também para viverem a paixão e o lazer. (PEREIRA, 2006, p. 44).

No intenso trabalho que movimentava os portos, trapiches e armazéns da cidade, homens e mulheres africanos e seus descendentes dominavam o dinamismo conferido a este cotidiano. Eram protagonistas das atividades de mercado. Esse vigor possibilitou a esta parcela social, um trânsito flexível por toda São Luís e evidentemente, a formação das redes de sociabilidade profundamente presente entre a população cativa.

No bairro comercial da Praia Grande, onde ficam localizados os suntuosos casarões azulejados, viviam as famílias portuguesas administradas pelos homens comerciantes que dominavam esta região da cidade. O trânsito de escravizados se organizava no principal porto de São Luís, assim como em seu entorno, mas à medida que se caminhava pelas ruas da ilha, a paisagem convertia-se tanto em relação à arquitetura dos sobrados e casarões, como na estética dos seus moradores

Quando saímos do bairro da Praia Grande em direção à região abrangida pela paróquia Nossa Senhora da Conceição a paisagem social se altera, o cheiro da maresia e do bacalhau ostentando na porta das quitandas portuguesas dá lugar a outros ventos e sabores. Os azulejos começam a ficar cada vez mais raros. Os sobrados vão cedendo lugar às casas de morada inteira, meia-morada, porta e janela, nas ruas de Santana e São Pantaleão. As palhoças e casebres não autorizados pelo Código de Posturas marcam a Madre Deus. Os moradores vão enegrecendo cada vez

mais. Os sinos que tocam o tempo católico da vida diária também são outros. Não se ouvem mais o tom harmonioso e solene dos sinos da Catedral da Sé, [...] O sino daqui é o da igreja de São Pantaleão, que dobram em deferência aos enterros que ali passam rumo ao cemitério da cidade. Uma cidade mais escura durante a noite porque essas ruas não possuíam lâmpioes. Também não possuíam o calçamento nem as pedras de cantaria da rua da Estrela, no bairro comercial. Eram ruas estreitas de terra, enlameadas quando das chuvas de março e abril, poeirentas durante todo o resto do ano. Governavam os seus muitos moleques, ambulantes, ganhadeiras, chinfrins e pagodes de canto, a vida social daquela porção mais ao sul da cidade, em contraste ao poderio incontestado da casa, do sobrado, nas áreas mais nobres de São Luís. (JESUS, 2015, p. 48-49).

O trecho apresentado acima revela uma cidade definitivamente dividida, separada pela condição social, e conseqüentemente pela cor. Os negros escravizados e libertos viviam nos espaços mais distantes e menos favorecidos, bem diferente da realidade do espaço onde exerciam seus trabalhos diários, e por meio de seus trabalhos, garantiam o embelezamento, a opulência e o status social elevado dos que viviam no ambiente de privilégios. Os que habitavam mais ao sul da cidade dedicavam-se ao serviço de ganho, ambulantes e carregadores do trapiche. As mulheres predominavam neste tipo de serviço com vendas de molhados e secos, localizadas nas praças com seus tabuleiros ou em suas barracas.

Essa sociedade dos oitocentos era diversificada, multifacetada e distante da dicotomia dos senhores e escravos, população massivamente miscigenada, cativos e libertos caminhando pela cidade apregoando suas vendas de tabuleiros ou “[...] carregando água para suas senhoras.” (SILVA, 2013, p. 29). Por este cenário podemos inferir que estes trabalhadores e trabalhadoras circulavam pela cidade com certa liberdade e autonomia, sobrevivendo à escravidão e formulando estratégias entre as brechas existentes neste sistema escravista.

A São Luís oitocentista pode ser lida como uma cidade negra, onde esses sujeitos resistiram e traçaram caminhos para a conquista da emancipação. Nesse sentido concordamos com o autor de *Visões da Liberdade*, ao afirmar que:

A cidade negra é o engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico — isto é, no sentido da transformação de eventos aparentemente corriqueiros no cotidiano das relações sociais na escravidão em acontecimentos políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado. Castigos, alforrias, atos de compra e venda, licenças para que negros vivam “sobre si”, e outras ações comuns na escravidão se configuram então como momentos de crise, como atos que são percebidos pelas personagens históricas como potencialmente transformadores de suas vidas e da sociedade na qual participam. Em suma, a formação da cidade negra é o processo de luta dos negros no sentido de instituir a política — ou seja, a busca da liberdade — onde antes havia fundamentalmente a rotina. (CHALHOUB, 1990, p. 186).

Nesta rotina, as mulheres do ganho, passaram a incorporar práticas de poupança facilitada pelas vendas, o que lhes conferia a possibilidade da liberdade, caminho adotado por inúmeras mulheres escravizadas, já que.

No Brasil, as negras quitadeiras encontravam-se na situação de escravas, normalmente como “escravas de ganho”, assim denominadas porque ajudavam a incrementar a renda dos seus senhores com o comércio nas ruas. Muitas dessas mulheres cativas chegaram a representar a única ou a fonte mais importante de renda das famílias de pequenos produtores que habitavam os núcleos urbanos do país. Uma vez paga a sua obrigação para com o senhor, essas negras poderiam comprar a própria alforria ou de seus filhos e companheiros com o excedente que lhes sobrava. (BONOMO, 2014, p. 4).

Esta realidade nos ajuda a acessar um outro lado da história com intersecções fundamentais para ampliar nossas considerações sobre a trajetória das mulheres no Brasil e assim “[...] romper com a silenciosa paisagem dos estereótipos femininos, fundada na negação de papéis históricos representados por mulheres.” (PRIORE, 1994, p. 11).

Assim sendo, podemos nos debruçar nos acontecimentos que cercam a vida de uma mulher que escapou do padrão imposto neste sistema escravista e entender, a partir de sua existência, o quadro geral de um Maranhão para além do universo mitológico que ronda as versões incorporadas em nosso imaginário. Considerando a importância da *Microhistória*.

Si queremos entender la Microhistoria, podemos decir que parte de una imagen de la historia como la ciencia de las preguntas generales pero de las respuestas “locales”; es decir, no apunta a generalizar respuestas, sino que, a través de un hecho, un lugar, un documento, un acontecimiento —leídos gracias a una ampliación de escala en un microscopio—, quiere identificar preguntas que tienen un valor general, pero que dan lugar a un amplio espectro de respuestas diferentes. Se emplean, en fin, como método, modelos generativos, elaborados a partir del examen minucioso de una realidad para generar e identificar una pregunta relevante para muchas realidades y que permita y preserve sin embargo las muchas soluciones diversas de casos específicos. (LEVI, 2018, p. 22).

Não é possível existir o todo sem a parte, que é tão importante quanto o que se contempla por inteiro. Dessa maneira, nos debruçarmos na história de uma mulher que não passou despercebida nesta sociedade ludovicense, ao contrário, participou efetivamente da vida cidadina de São Luís. Evidencia-se aqui, entretanto, que malgradadas as críticas recebidas pelos historiadores que adotam essa metodologia de variação de escalas, não se deseja aqui tomar o todo pela parte, mas sim, lançar uma lente de aumento que permita alcançar as excepcionalidades

contidas no indivíduo. A exceção é o caminho para se entender também a regra. Catharina Mina será nossa guia nessa travessia.

No dia 09 de Janeiro de 1914, o jornal *Pacotilha* publicou o conto do natal *O rapto da Galega*¹², escrito por *Milord*¹³. Na história, o autor cita o trabalho da preta Amancia com seu tabuleiro de arroz de cuxá. Ela era reconhecida pela população pelo seu modo de vestir além, é claro, da fortuna conquistada a partir deste trabalho. Mas não estava tão ornada como Catharina Mina, conforme se lê: “Era assim que se citavam na cidade ‘os ouros’ de tia Amancia, que nenhuma outra os tinha tão belos, nem tão abundantes, salvo a Catharina Mina, estabelecida com armazém de farinha à rua do trapiche”¹⁴.

Esse seria o primeiro material literário a citar a africana que fez fortuna na capital da província maranhense. Sua ascensão rende questionamentos nos dias atuais. Existem inúmeras versões sobre sua existência, sua fortuna, e a incógnita sobre como conquistou essa ascensão. O escritor e ilustrador João Affonso foi um dos primeiros maranhenses a incorporar a imagem da *preta Mina* do Maranhão oitocentista nas páginas literárias, como se ler em sua obra *Três séculos de moda*:

Chegados ao Maranhão, se ahi já não fôr habitual cruzar nas ruas a “preta mina”, pelo menos haverá quem se recorde de a ter visto, ha menos de cincoenta annos, pomposamente adereçada nos dias das grandes festas. A “preta mina” vestia camisa e saia; camisa decotada, de mangas curtas, toda guarnecida de bellissimo renda de almofada, quando não era de labyrinth, ou de “cacundê”; saia de finissimo e alvissimo linho, tendo na beira largo [fôlho], tambem de renda, como de renda é o lencinho que ella cuidadosamente segura na mão direita; e se a salaia portugueza exhibe, no dia do oraculo da sua parochia, o melhor de seus haveres, representados em dices e teteias de ouro, ou “ouro” da “preta mina” é muito mais abundante, e mesmo muito mais solido: na cabeça um par de pente, e um par de, “travessas”, de tartaruga, chapeados de ouro cinzelado: nas orelhas, enormes brincos de ouro, obra do Porto; a começar do pescoço, até ao decote da camisa, não se vê a pelle do collo, occulta sob uma successao de enfiadas de contas de ouro em grossos bagos, a ultima das quaes tem dependurado, no centro, um grande crucifixo de ouro massiço, e, por ultimo, em separado, um cordão de fortes élos de ouro, de que pendem, na frente e nas costas, os “bentinhos” ou escapularios, de N.S. do Carmo, ou de N.S. das Mercês, segundo a confraria a que a preta pertencia, e que, enquanto a gente de poucos recursos se contentava em forrar com oleado, para preservar do contacto da transpiração do corpo, ella queria que fossem mettidos entre duas chapas de ouro; nos braços, dois ou tres pares de braceletes, de pulseiras de ouro, de alentada grossura e exquesitos feitos; em cada dedo das duas mãos, dois, tres, quatro anelões de ouro, de variados lavores. E com toda esta ostentação de estofos finos, rendas caras e adornos de ouro, a “preta mina” vae descalça. Ha de haver, provavelmente, em São Luiz, quem reconheça no typo que assim fica

¹² Conto originalmente publicado no *Jornal Folha do Norte - PA*.

¹³ Não há evidências de quem seja a pessoa que utilizou este pseudônimo/heterônimo.

¹⁴ *Pacotilha*: jornal da tarde, Maranhão, ano XXXIV, n. 7, jan. 1914.

descripto, a abastada capitalista Catharina Mina, negociante de farinha, com armazem à rua do Trapiche, que teve o capricho de casar com o cafuz, para quem arranhou uma patente de alferes da Guarda Nacional. (AFFONSO, 1923, p. 124-125)

A africana Catharina Rosa Ferreira de Jesus “[...] vulgarmente conhecida como Catharina Mina”¹⁵, construiu um verdadeiro legado na ilha maranhense. Não sabemos ao certo, a veracidade da possível relação conjugal entre Catharina e o cafuz, citado por João Affonso. Nada relacionado a esta informação foi encontrado até o momento. Contudo, a comerciante serviu de inspiração para uma das ilustrações produzidas pelo maranhense, o que poderíamos considerar como um registro imagético da africana, conforme se vê na figura abaixo.

Figura 1 – Representação dos vestuários de mulheres negras do Maranhão - sec. XIX



Fonte: (AFFONSO, 1923, p. [124]).

¹⁵ Pacotilha: jornal da tarde, Maranhão, anno VI, n. 113, maio 1886.

A escrita literária ocupa espaço de prestígio no Maranhão e confere à história características novelescas, próprias dos romances e enredos de sucesso. Esse seria o *Ethos* da Athenas brasileira, dinâmica presente nas relações intelectuais, políticas e conseqüentemente, incorporadas na forma de narrar e transmitir a cidade

A Athenas Brasileira não foi criação de uma única mente, não teve um único mentor, posto ter sido uma aspiração social de frações de classes detentoras de poderes políticos e econômicos na província, capazes de se colocarem na condição de intérpretes e condutores da sociedade. (BORRALHO, 2009, p. 94).

Entre a informação histórica e o enredo literário, o texto ilustrado por João Affonso narra a prática da venda de farinha, produto este que alavancou a expansão comercial de Catharina em São Luís. Este exercício pode ser confirmado enquanto verossímil, uma vez que a africana faz uso dos jornais a partir de 1851 para anunciar a venda do gênero. Prática esta que se repetirá ao longo dos anos, como por exemplo na nota: “Catharina Roza Ferreira de Jesus tem farinha para vender a 500 rs. o alqueire, quem quizer dirigi-se á Rua da Palha caza n. 5 ou a Praça do Commercio aonde costuma esta mercando”¹⁶.

Até o ano de 1886 os negócios de Catharina terão significativo aumento, expandindo-se pela cidade, podendo ser acompanhados pelas notícias dos periódicos da região. Não é invulgar essa informação, já que certamente nem todos os comerciantes teriam acesso a esse tipo de divulgação de seus negócios. Catharina agiu como outros negociantes abastados de seu tempo e nos jornais é possível acompanhar não só suas atividades comerciais, como também outras ações que demarcaram a influência da senhora africana na urbe ludovicense. A análise desta documentação nos possibilita compreender narrativas não contempladas pela forma de se contar a cidade, quer na historiografia, quer na oralidade.

Catharina é exemplo de uma existência que rompeu com a dinâmica hierárquica das instituições escravistas. Se nesta hierarquia o homem branco europeu ocupava o topo, a mulher preta era vista enquanto sujeito inferior, marginal. Contrariando as imposições da cultura dominante, a comerciante revela-nos estratégias disruptivas que lhe garantiram não só a liberdade como a autonomia

¹⁶ Publicador Maranhense: Folha Official, Politica, Litteraria e Commercial, [Maranhão], anno IX, n. 1117, p. 4, jun. 1851.

econômica garantida pela posse de inúmeros bens, extensa rede comercial e reconhecimento, conforme discorreremos adiante.

3 DE MERCADORIA À COMERCIANTE

A partir da abolição do cativo indígena no Brasil, intensificou-se no país, as relações de comércio escravo com o continente africano. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, de acordo com Viveiros (1954), manteve um fornecimento regular de seiscentos escravos por ano, na província do Maranhão, completando em vinte anos de atuação o contingente de mais de doze mil escravizados. Dados atualizados por Antonia da Silva Mota e Daniel Souza Barroso dão conta de uma dinâmica de escravidão ainda mais complexa daquela analisada por Viveiros (2017).

A Companhia Geral foi extinta em 1777, contudo as atividades do comércio escravo continuaram atuantes na província e em todo o Brasil, por meios legais ou pelo tráfico ilícito. Estabelecido o crescente movimento afro-diaspórico no norte brasileiro, complexas redes de sociabilidades e resistências se manifestam de variadas formas entre africanos e seus descendentes durante todo o período escravocrata, alcançando ou construindo novos espaços, ressignificando suas existências, adequando-se aos regulamentos socialmente impostos no cativo.

Desestruturada a família pelo tráfico, o negro africano escravizado tentava, de muitas formas, manter os seus cultos e a sua cultura. A nova realidade exigia a criação de elementos de solidariedade e o estabelecimento de vínculos com africanos de etnias diferentes transplantadas para o novo país. Era uma forma de os escravos resistirem à extensão e à violência da escravidão, driblando o controle e a repressão do estamento senhorial e das autoridades policiais do Império. (GOMES, 2022, p. 49).

No contexto urbano centenas de escravizados aglomeravam-se nos mais variados ofícios. As mulheres escravas eram predominantes nos serviços do setor urbano, conforme explana Maria Odila S. Dias (1985). Essa presença predominante das mulheres no cativo urbano resulta tanto pelo baixo valor relativo das escravas comparadas aos homens, como pela demanda de escravos para setores estratégicos e produtivos, como a monocultura rural exportadora. Segundo a mesma autora, “O predomínio das mulheres escravas no setor de serviços urbanos e no pequeno comércio ambulante parece um traço comum às regiões da África, exportadoras de escravos.” (DIAS, 1985, p. 91).

No Maranhão e em outras áreas urbanas do Brasil oitocentista, as mulheres destacam-se no comércio ambulante, realizando serviços de ganho, sobretudo com vendas dos gêneros de primeiras necessidades, estas atividades continuavam sendo exercidas pelas *ganhadeiras*, mesmo após a conquista de sua liberdade.

Catharina Rosa Ferreira de Jesus, chegou ao Maranhão em condição subalterna ainda na primeira metade do século XIX. Seguiu a mesma dinâmica acima mencionada, com a venda da farinha e outros gêneros secos, dedicando-se continuamente às atividades comerciais.

Esses comércios ambulantes proliferaram-se na cidade à medida que os movimentos portuários intensificam seus trabalhos, seja para a exportação de produtos maranhenses como também para a importação de diversos gêneros. A intensa movimentação de embarcações transatlânticas, carregadas de pessoas escravizadas vindas de vários portos africanos, revelavam o crescimento das relações comerciais do Maranhão com o restante do mundo.

A partir do segundo decênio do século XIX, a capital maranhense passou por diversas transformações, consequência de seu crescimento econômico.

[...] em 1820 e 1821, a cidade foi na maior e principal parte calçada, e empregados nos trabalhos públicos, 126 calcetas, que até então desgraçadamente entulharam a cadeia, morriam de fome e nueza; aformouseu-se a principal praça com arvoredo; embelezou-se a rampa do embarque; argumentou-se, arejou-se, deu-se nova forma à cadeia, e se desembaraçou até de tantos desgraçados, que de longos anos ali se definhavam por não serem sentenciados em tempo oportuno, mas sim, em períodos demorados. (LAGO, 2001, p. 58).

A cena descrita por Antônio Lago, demonstra uma grande movimentação para embelezar e preparar a cidade para melhor atender as demandas do *boom* econômico maranhense no século XIX, utilizado como mão de obra nestes vários empreendimentos, 126 calcetas¹⁷, ou seja, prisioneiros que ainda não haviam sido sentenciados. A urgência de uma transformação da urbe, se deu frente a corrida de vários comerciantes em torno do algodão.

Com a potencialidade da exportação do algodão para a Europa e o crescimento econômico maranhense no início dos oitocentos, inúmeros comerciantes ingleses passaram a estabelecer seus negócios em São Luís, o “[...] interesse inglês pelo algodão, explica o estabelecimento de comerciantes ingleses no Maranhão, logo após a abertura dos portos. Em 1812 já operava entre sete e uma dúzia de estabelecimentos comerciais ingleses em São Luís.” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 253).

A capital protagonizava o efetivo elo entre os grandes comerciantes estabelecidos na província, com o restante do mundo. A Inglaterra dominava o

¹⁷ Argola de ferro utilizada em prisioneiros, nos pés ou em volta da cintura. Forma de identificar pessoas encarceradas.

comércio de importação e exportação “[...] em 1822, 56% das exportações maranhenses já iam diretamente para a Inglaterra.” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 253).

Este cenário diferenciava-se de outros portos brasileiros, já que em São Luís os ingleses passaram a dominar o comércio transatlântico. A relação comercial com o Maranhão era mais barata e eficiente, tendo como centro de interesses para os ingleses, o algodão.

De modo geral, o comércio ludovicense foi dominado por comerciantes europeus. Esses homens exerciam essas atividades e construíam seu legado familiar na província, mas pouquíssimas mulheres dedicaram-se a essas atividades. Neste período destaca-se a criação do terreiro público, voltado a produtos de primeiras necessidades:

Para evitar os antigos monopólios e fomes de gênero de primeira necessidade, no 1º de Setembro de 1820 se criou, na cidade, um terreiro público ou a casa das tulhas, em que o lavrador guarda os gêneros, e os vende como e quando lhe faz conta, havendo assim sempre, não só fartura e o preço cômodo do gênero, mas também o lavrador não ser, como era, obrigado a vendê-lo pelo preço que queriam os monopolistas, por não ter onde guardasse. (LAGO, 2001, p. 59).

Paralelo ao comércio de agroexportação, o mercado interno maranhense funcionava a todo vapor. A própria criação da Casa das Tulhas¹⁸, consegue traduzir o movimento efusivo da compra e venda dos produtos de primeiras necessidades.

A farinha de mandioca merece destaque nesta apreciação, uma vez que este gênero era consumido por todas as classes sociais maranhenses. A farinha foi um dos principais produtos de subsistência dessa sociedade. No *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*, o autor destaca um artigo retirado do *Almanaque do Povo* para 1867¹⁹, sobre a relação de produção e consumo da farinha em São Luís e em seu entorno.

A melhor qualidade de farinha sêca, que se apresenta no mercado é sem dúvida a fabricada na ilha, onde jaz a capital, e a pouca distância desta nos lugares chamados Maioba e Paço do Lumiar, mas é em pequena quantidade e toda se consome na cidade. (MARQUES, 1970, p. 273).

O relato destacado por Cesar Marques (1970) refere-se ao ano de 1867. Contudo, a produção e comercialização interna do produto, passou por diversas

¹⁸ Prédio comercial estabelecido no antigo terreiro público de São Luís, gerido pela empresa inglesa Confiança Maranhense entre os anos 1855 a 1861. A câmara municipal de São Luís passou a administrar o prédio a partir do ano de 1895.

¹⁹ O Almanaque de 1867 foi elaborado por Antônio Rego; aí estão notícias e reflexões sobre o algodão, o açúcar e outros produtos da província do Maranhão.

crises, ocasionadas pelas dinâmicas de mercado, ou por questões naturais, além do clima de conflitos na província, sobretudo aqueles gerados pela Balaiada.

Assunção, em seu texto intitulado *Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860*, apresenta as dificuldades que envolviam o mercado interno de farinha na província do Maranhão, e destaca os principais gêneros consumidos pelos maranhenses na época, afirmando que, “Como em outras províncias, os mais importantes eram a farinha de mandioca, o gado, as carnes seca e ‘verde’, as bebidas alcoólicas e o peixe seco.” (ASSUNÇÃO, 2000, p. 46).

Considerando as dinâmicas do mercado interno maranhense, é perceptível na trajetória de Catharina Mina a compreensão destes movimentos econômicos, assim como as práticas estratégicas que lhe possibilitaram o crescimento e o reconhecimento comercial, sobretudo na venda de farinha. Embora não participasse diretamente do comércio agro-exportador, a comerciante se apoiava nos produtos de primeira necessidade, especialmente os produtos mais consumidos na mesa dos moradores do Maranhão, fossem eles ricos ou pobres.

A partir de 1851 os jornais locais passaram a mencionar a venda de seus produtos, momento fundamental da passagem de Catharina. A partir de então ela não era mais objetificada como mercadoria ou peça, mas destaca-se como comerciante ativa na capital maranhense.

Gilberto Freyre (1979, p. 40) defende que “[...] dentro de uma Anunciologia à brasileira, constituem matéria ideal para estudo, além de histórico-social, sociológico e antropológico, dos antecedentes do brasileiro [...]”. Sem dúvidas, os impressos possibilitam ilustrar uma parcela das constitucionalidades sociais dos tempos passados. Contudo, é perigoso compreendê-la como ideal, uma vez que representa recortes temporais, espaciais e políticos, a depender de quem anuncia e com que intenção anuncia.

Assim, metodologicamente, os impressos constituem parte da investigação desenvolvida em torno da vida desta africana em particular. Ela se utilizou da imprensa em vários momentos de sua existência, rompendo com a imagem do negro visto apenas como figura objetificada nos anúncios de venda ou como o rebelde fugitivo. Apresentaremos a seguir, as estatísticas que marcam a presença constante da africana nos periódicos ludovicenses, séries de anúncios das mais diversas temáticas que revelam imagens positivas da comerciante Mina no Maranhão.

3.1 Catharina Mina nas tipografias ludovicenses

A imprensa tornou-se ao longo da trajetória de Catharina Mina uma ferramenta auspiciosa de difusão de informações, assim como de demarcação política, econômica e social, frente às sociedades em que esteve ou está inserida. A divulgação impressa de informação foi utilizada em grande parte por autoridades, grupos políticos e militantes das mais diversas frentes de luta.

No Brasil a gênese da imprensa está associada à chegada da Família Real, refugiada em 1808 na colônia, após as invasões das tropas de Napoleão em Portugal. É a partir deste momento que as tipografias, antes proibidas, passaram a atuar no país.

A Gazeta do Rio de Janeiro, publicação do governo lançada em Setembro de 1808, foi o primeiro jornal legalmente impresso em terras brasileiras. Informava acerca dos atos do governo e trazia notícias do exterior, porém cuidadosamente filtradas pelos censores. Nesse contexto, compreende-se o papel fundamental desempenhado pelo Correio Braziliense, que continha amplo noticiário sobre os acontecimentos internacionais, europeus e americanos, e colocava o Brasil em contato com o mundo. (DE LUCA, 2008. p. 133).

O surgimento de impressos pela colônia tornaram-se irreversíveis, acompanhando os acontecimentos cotidianos do país ao longo de sua história, sobretudo os eventos mais expressivos que movimentaram a estrutura social brasileira, tais como a independência, abolição, o advento da república, etc.

O papel tipográfico elevou-se como lugar de transmissão da escrita literária, propagação de ideias e ideais, e instrumento de divulgação comercial por inúmeros homens e mulheres da sociedade brasileira.

No Maranhão, a cultura da imprensa tornou-se realidade doze anos após o lançamento da *Gazeta*, com o impresso *Conciliador do Maranhão*, jornal oficial e noticioso, lançado em 1821. O jornalista Joaquim Serra (1883) revela sua estrutura, como impresso de resumidas notícias do exterior, que trazia anúncios oficiais e que durou até o ano de 1823.

Joaquim Serra apresenta em seu livro *Sessenta annos de Jornalismo - A Imprensa no Maranhão 1820-1880*, dados cronológicos do denso movimento tipográfico do Estado, liderado por notáveis vultos, ligados à intelectualidade e aos movimentos políticos dos oitocentos. As tipografias oitocentistas foram um dos principais aparatos utilizados pelos maranhenses, em busca de interesses comuns, mas também pessoais. Eram utilizados por qualquer pessoa que pagasse para

publicar algo que desejasse, mas não se pode imaginar que todo comerciante tivesse acesso às páginas impressas.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. (DE LUCA, 2008, p. 140).

Tania Regina de Luca chama atenção para os atravessamentos hierárquicos implicados nas notícias, além de verificar a intensidade que o assunto é discutido, se continua aparecendo ou desaparece ao dia seguinte, assim como compreender as influências dos procedimentos tipográficos e as ilustrações que envolvem a notícia, formando diversos significados. Ela prossegue sua análise afirmando que “A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir.” (DE LUCA, 2008, p. 140).

Esta pesquisa realizou um levantamento das notícias ligadas a Catharina Rosa Ferreira de Jesus a partir de consulta no arquivo da Hemeroteca Digital Brasileira²⁰, utilizando os termos Catharina Roza Ferreira e Catharina Rosa Ferreira como filtros da investigação. Segue abaixo os resultados deste levantamento:

Quadro 1 – Levantamento de notícias na Hemeroteca Digital Brasileira

TERMO DE PESQUISA	Catharina Roza Ferreira	Catharina Rosa Ferreira
Quantidade de Notícias	15	71
Jornais	Publicador Maranhense; Pacotilha; A Imprensa; Diário do Maranhão.	Publicador Maranhense; Pacotilha; Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial; Diário do Maranhão: Jornal dedicado a todos os interesses sociais especialmente aos da província do Maranhão; Diário do Maranhão; O paiz; O Globo.

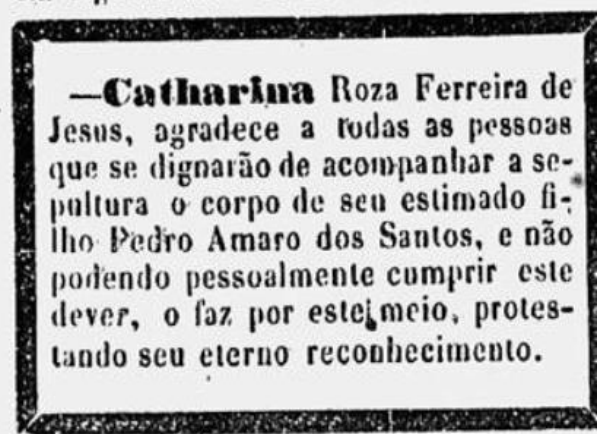
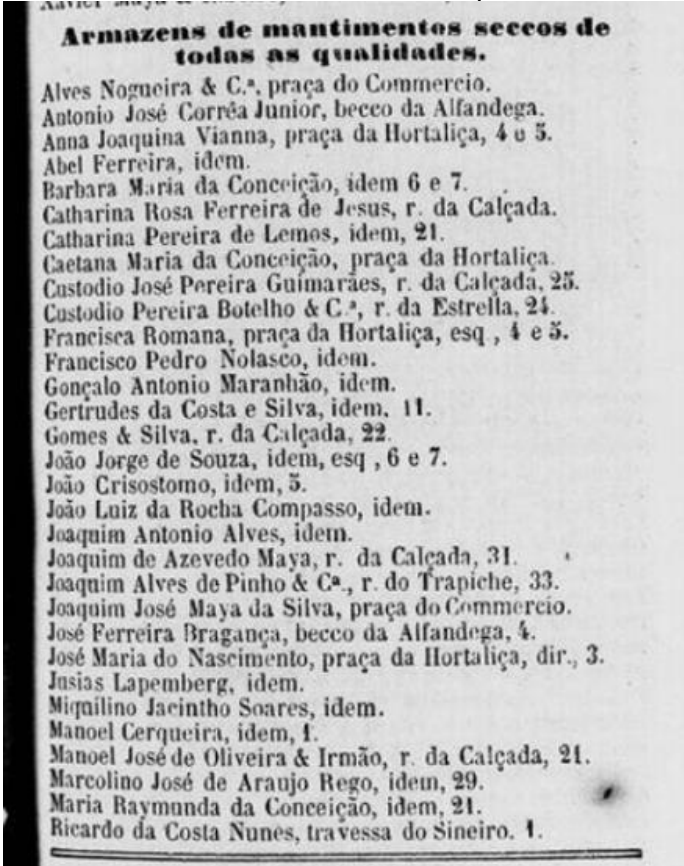
Fonte: Elaboração própria.

²⁰ Portal de periódicos nacionais em domínio público. Possui ferramentas de consulta via internet, de jornais, publicações seriadas, boletins, revistas e anuários de todas as partes do país. Essa pesquisa demonstrou um salto qualitativo enorme se comparada à realizada na sede da Biblioteca Benedito Leite.

O que as fontes demonstraram é que mesmo sem saber ler, Catharina utilizava dos impressos para alcançar sua clientela. Há que se ressaltar, no entanto, que ela não utilizava desse meio única e exclusivamente para suas atividades comerciais. A africana apareceu e reapareceu continuamente nos jornais ludovicenses, em diversas ocasiões e situações, sendo seguramente a preta mina mais citada nas tipografias oitocentistas do Maranhão. Seguem alguns exemplos desses anúncios:

Quadro 2 – Exemplos de citações nas tipografias oitocentistas do Maranhão

<p>Pacotilha (MA)</p>	<p>Ed. 00029, p. 2 (29 jan. 1883)</p> <p>Hontem as 2 horas da tarde aos gritos de incendio na povoação de Vinhaes na casa do velho Manoel Geraldo de Sena Pereira acudirão sem demora o subdelegado e diversas pessoas que então dansavão no sitio de Catharina Rosa Ferreira de Jesus; deve-se á boa vontade de tal gente o não ter se propagado o incendio ás casas visinhas, o que limitou-se unicamente á cosinha cujas paredes erão de palha.</p>	<p>Ed. 00023, p. 3 (25 jan. 1884)</p> <p>Viagens a vapor. Sabbado 26 e DOMINGO 27</p> <p>Como é costume de todos os annos, no proximo domingo será celebrada, a expensas da sra. Catharina Rosa Ferreira de Jesus, a festa de S. Pedro, devoção especial, havendo sabbado ladainha na Matriz, ás 7 horas da noute e missa no domingo, ás 7 horas da manhã, durante a qual tocará no côro, uma orchestra ida desta cidade.</p>
	<p>Publicador Maranhense</p>	<p>Ed. 01117, p. 4 (3 jun. 1851)</p> <p>VENDAS.</p> <p>—CATHARINA Roza Ferreira de Jezus tem farinha para vender a 500 rs. o alqueire, quem quizer dirija-se á Rua da Palha casa n. 5 ou a Praça do Commercio aonde costuma estar mercando. (1)</p>

<p>A imprensa (MA)</p>	<p>Ed. 92, p. 4 (16 nov. 1859)</p> 
<p>Almanak Administrati vo, Mercantil e Industrial (MA)</p>	<p>ed. 00001 - ano de 1864 - p. 160</p> 

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos observar, os anúncios apresentados acima, discorrem sobre variados acontecimentos, alguns ligados diretamente a Catharina e outros indiretamente. Os jornais foram por excelência um instrumento de uso tanto para interesses pessoais quanto para interesses públicos.

Barato, periódico, socialmente penetrante, formador de um hábito de consumo, fácil de manusear e descartável – o jornal rapidamente ganhou as massas, armou-se de suas máquinas e se revestiu de seus papéis, pronto a se tornar parte do cotidiano da vida cidadina e um dos seus símbolos mais

imediatos. Comprar jornais para lê-los, ou espiar a sua primeira página de notícias mesmo que no exemplar fixado à porta de uma redação ou na banca de jornal, tornou-se um hábito para um grande número de habitantes das cidades. (BARROS, 2021, p. 205).

A corrida por notícias e por ser noticiado, fazia parte das dinâmicas que regiam as relações sociais dessa urbe maranhense. A notícia não ficava presa ao papel, mas se espalhava rapidamente entre os não letrados, dessa forma, a exposição nos jornais poderia ser benéfica ou perigosa, a depender do teor exposto nas colunas anunciadas.

A presença de uma africana nos periódicos citadinos exercendo comércio, pagando impostos, participando da vida social, representa algo marcante para a realidade dos oitocentos, quando o corpo negro era noticiado ora como um negócio a ser vendido ou comprado, ora como o fugitivo a ser capturado.

Catharina Rosa Ferreira de Jesus constituiu-se como empreendedora ativa do comércio local. As notícias comerciais sobre suas atividades revelam ao longo dos anos, um expressivo crescimento de seus negócios, tendo como marco o ano de 1851, quando costumava estar mercando na praça do comércio em uma barraca.

A seguir, abordaremos as temáticas importantes que englobam a relação da africana com o comércio, a religiosidade, sua postura enquanto senhora de escravos, entre outras questões aparentes nos periódicos da época.

3.2 Catharina: suas relações e suas redes

É notável o crescimento de negócios administrados pela africana que passou a aparecer em outros endereços de mercancia e vendendo novos produtos como carne de charque e carne de sumaca²¹. Suas barracas passaram a se concentrar em pontos estratégicos de São Luís, próximos ao porto da cidade, onde funcionavam as maiores empreitadas econômicas da ilha. Rua do Trapiche e Rua da Calçada (atual beco de Catharina Mina), aparecem com maior frequência em suas atividades de venda, como apresentado nos relatórios do *Almanak Administrativo da Província do Maranhão*²², entre as décadas de 60 a 80 do século XIX.

²¹ Manto de carne bovina em processo de salga.

²² Traz em suplemento os *Apontamentos históricos do Maranhão* pelo doutor A. Henriques Leal; para o ano de 1862. Constam diversas notícias históricas e estatísticas e diversas poesias; para o ano de 1864, traz um catecismo agrícola, anúncios e estatutos da Companhia Porvir das Famílias; o Almanaque dos anos 1865, 1866 e 1868 compõe uma publicação em três volumes. O Almanaque

Sua relação com o corpo comercial da cidade pode ser lida como positiva, uma vez que não se identifica posturas de conflitos, denúncias ou qualquer tipo de constrangimento em seus empreendimentos. Um episódio, porém, demonstra que a comerciante se impõe quando injustamente é cobrada por dívidas que não contraiu, como anunciado em alguns periódicos: “Catharina Rosa Ferreira de Jesus declara, e especialmente ao corpo commercial, que nada deve a pessoa alguma, mas se alguém se julgar prejudicado, haja de apresentar suas contas no praso de 8 dias para serem pagas”²³.

Ao pagar suas contas, Catharina se reafirmava como alguém confiável para os negócios, além de se manter na legalidade, como se pode acompanhar a partir do pagamento de *décimas urbanas*²⁴. Este imposto também indica os espaços ocupados pelos sujeitos de posses. Neste sentido, no decorrer das leituras jornalísticas, especialmente pelas publicações das cobranças anuais da décima urbana, podemos acompanhar os imóveis que Catharina possuía, os espaços que ocupava e os negócios que geria, além, é claro, os terrenos sobre seu domínio. Grande parte destes imóveis se concentravam no bairro da Madre Deus, local da cidade historicamente ocupado por pessoas pretas, “[...] com o seu incessante movimento de escravos, em dezenas de canoas de pesca.” (GOMES, 2022, p. 85).

As redes comerciais de Catharina Rosa Ferreira de Jesus se alargaram progressivamente. Ela foi construindo a imagem de uma mulher de poderio econômico, uma cristã de destaque e uma fiel colaboradora da devoção. Toda essa trajetória foi documentada nos jornais da época como veremos nas páginas seguintes.

O cenário colonial importou de Portugal suas tradições, seu modo de lidar com o mundo, sua estrutura política e também sua religiosidade. O catolicismo participou de todos esses processos históricos como um dos protagonistas, e no contexto escravista serviu de instrumento crucial para assimilação de africanos e africanas submetidos à escravidão. A igreja esteve presente em todo o processo escravista, desde a captura e no traslado pelo Atlântico, às organizações sociais construídas no cotidiano brasileiro.

de 1867 foi elaborado por Antônio Rego; aí estão notícias e reflexões sobre o algodão, o açúcar e outros produtos da província, dos quais o doutor César Marques dá alguns extratos no seu *Dicionário histórico do Maranhão*. De 1869 em diante, os almanaques foram redigidos e publicados por João Cândido de Moraes Rego.

²³ Pacotilha: jornal da tarde, Maranhão, anno VI, n. 117, p. 3, maio 1886.

²⁴ Imposto predial do Império Brasileiro.

Quarenta Cânones das "Constituições Primeiras" foram dedicados aos escravos. Não questionam a escravatura. Pelo contrário, a consideram uma instituição legítima já existente 200 anos nas colônias portuguesas, legalmente permitida pelo governo e aceita pela maioria dos moralistas da época. Os cânones insistem mais no aspecto religioso. Concitam os proprietários a que se empenhem para que seus súditos possam viver a fé cristã.

O Sínodo da Bahia faz referência aos maus-tratos de muitos Senhores com seus escravos. Nega, porém, o direito de asilo àqueles escravos que, sem motivo especial, fogem e procuram o abrigo das igrejas. Mas aos fugitivos por causa de maus-tratos, o Sínodo manda devolvê-los somente se os seus donos garantirem em juramento, no futuro, não os maltratarem mais. (STRIEDER, 2000, p. 223).

Em 1756 uma lei obrigava os *navios negreiros* a embarcarem sacerdotes católicos para administrar o sacramento aos escravizados (VERGER, 1987). É preciso lembrar que a igreja por meio da religião, nutria o exercício da escravidão, e junto da ciência, fundamentava esse processo absurdo de subalternidade. Aderir a fé cristã mais que um gesto de subordinação ao domínio europeu, era uma forma de sobrevivência, e nele adaptava-se tradições que constituem a identidade trazida por pessoas escravizadas ao Brasil

Sabemos que cristianização não é sinônimo de conversão e que no contexto de uma missionarização frouxa e mecânica, é preciso reconhecer que as práticas religiosas africanas se hibridizaram com o cristianismo no contexto colonial, configurando tanto a vertente popular do catolicismo, como as religiões de matrizes africanas que se apropriaram de símbolos católicos. (SEVERO, 2023, p. 16).

Catharina mantinha uma devoção particular a São Pedro Nolasco, preparando anualmente o festejo dedicado ao santo, o que se tornou uma tradição na cidade conforme a notícia em Janeiro de 1883, no jornal *Pacotilha* consta:

Comunica-nos de Vinhaes: Hontem celebrou-se na matriz de Vinhaes a festividade de S.Pedro que ali costuma fazer annualmente em janeiro a sra. Catharina Rosa Ferreira de Jesus. No banquete que houve no sitio della, na povoação, reinou muito boa ordem, e entre os convidados não houve qualquer cousa que causasse desprazer²⁵.

São Pedro Nolasco é santo fundador da Ordem de Nossa Senhora das Mercês, celebrado no dia 29 de Janeiro de acordo com a tradição católica. Uma das missões da ordem dos mercedários, era a redenção dos cativos, o que nos leva a questionar se por algum motivo tal ordem contribuiu para a emancipação de Catharina Mina. É possível problematizar ainda se Pedro Amaro, seu único filho, foi batizado com este nome em homenagem ao referido santo. De qualquer forma, anualmente no dia 28 de Janeiro a africana reunia convivas em seu Sítio na Vila do

²⁵ Pacotilha: jornal da tarde, Maranhão, anno III, n. 29, p. 2, jan. 1883. Publicações a pedido - Pacotilha.

Vinhaes (atual Vinhais velho) e lhes oferecia banquetes na festividade de S. Pedro Nolasco.

Esta ordem chegou a São Luís ainda no século XVII, e edificaram na cidade um convento, conhecido como *Convento das Mercês*. Foi neste lugar que surgiu a irmandade de cativos da cidade, conhecida pela devoção a Bom Jesus da Cana Verde que, “[...] destacou-se entre as estudadas na capital da província do Maranhão devido à participação de escravos.” (MOTA; CAPEL, 2022, p. 52).

No Brasil as irmandades eram segregadas, a cor de seus membros definia as diferenças estruturais e espaciais do templo ocupado por eles, distanciando dessa forma, os espaços de pessoas negras e brancas, conforme se ler:

As irmandades religiosas em São Luís formavam-se basicamente levando em consideração a cor da pele, sendo o branco e o negro os extremos, enquanto as outras categorias representavam graus intermediários. Era principalmente na construção dos templos religiosos que se percebia a necessidade de se diferenciar brancos e negros. Os brancos construíam as igrejas mais suntuosas em locais privilegiados, enquanto que pardos e negros erigiam suas igrejas em locais de menor destaque no panorama urbano. Todavia, a preocupação em construir um templo pomposo era um objetivo tanto de irmandades de negros quanto de brancos. (COE, 2007, p. 4).

Próximo ao convento das Mercês, um bairro de grande importância para a história da cidade, também era um lugar frequentado por pretos cativos e libertos, e onde se localizava a igreja de S. José do Desterro, uma das mais antigas edificações da ilha. Em 1868, uma comissão foi escolhida para acompanhar a reforma do templo, que havia sofrido com o desabamento de parte de suas paredes.

Conforme o que se ver publicado no jornal *Publicador Maranhense* no dia 16 de Julho de 1868, a única mulher que aparece contribuindo para a reforma é Catharina, que doou \$2000 réis, e seguiu contribuindo até que a igreja fosse reinaugurada em 1869²⁶. Esses atos devocionais da africana revelam seu compromisso com a igreja católica, mas também, o seu compromisso com lugares conectados à população negra em São Luís. Seus atos de demonstração pública de fé podem indicar caminhos que nos possibilitem ir mais a fundo em sua história.

Outro momento em que Catharina aparece associada às Mercês, é no seu registro de óbito, datado do dia 11 de Maio de 1886 e está inscrito no *Livro de Registro de Óbitos da Freguesia Nossa Senhora da Conceição da capital*:

Catharina - Aos onze dias do mez de maio de mil oitocentos e oitenta e seis, falleceo de lesão organica, Catharina Roza de Jesus, natural da África,

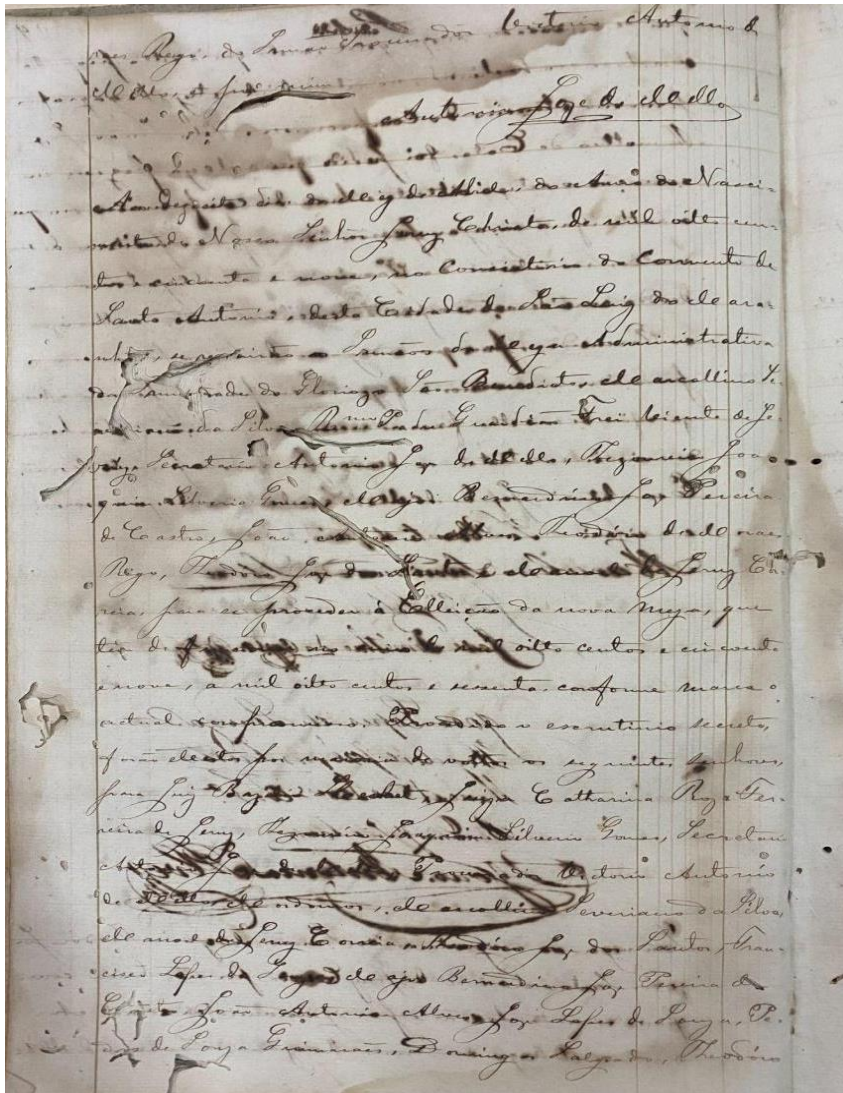
²⁶ Publicador Maranhense, [Maranhão], anno XXVII, n. 161, p. 3, jul. 1868.

solteira, com oitenta e sete anos, foi envolta em hábito de Nossa Senhora das Mercês e acompanhada ao cemitério pelo vigário e cruz. Para constar mandei lavar o presente termo que assigno. Padre João dos Santos Oliveira. (Transcrição documental)²⁷.

Neste registro, evidencia-se a liturgia tradicional dos cortejos fúnebres, seguindo a estrutura litúrgica destinada aos membros daquela irmandade. Embora envolta em hábito das mercês, ou seja, vestimenta da terceira ordem dos frades mercedários, outros documentos ligam Catharina à irmandade do Glorioso São Benedito, situada na Igreja Santo Antônio. Em 1860 de acordo com o *Livro de eleições e termos de posse da irmandade do Glorioso S. Benedito*, Catharina Rosa Ferreira de Jesus foi eleita Juíza, com maioria de votos (Figura 2). Nos seguintes anos, até 1867, reaparece nos documentos, listada como mordoma da mesma irmandade. Fica evidente que ela circulava em mais de um espaço de devoção religiosa, o que demonstra ter sido respeitada entre seus pares.

²⁷ Arquivo Público do Estado do Maranhão - Livro 44 - Livro de Registro de Óbitos da Freguesia Nossa Senhora da Conceição da capital.

Figura 2 – Registro de Catharina à irmandade do Glorioso São Benedito - Igreja Santo Antônio



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Aos dezoito dias do mez de Abril, do anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oito centos e cincoenta e nove, no consistório do Convento Santo Antônio, desta cidade de São Luíz do Maranhão, se reunirão os Irmãos da meza administrativa da Irmandade do Glorioso São Benedito, de arcollimo (ilegível) da Silva. Exceletissimo Padre Guardiã Frei Vicente de Jesus, Secretário Antonio Joze de Mello, Thesoreiro Joaquim Silverio Gomes, Major Benardino Jozé Pereira de Castro, João Antônio Alves, Teodoro de Moraes Rego, Theodoro Joze dos Santos e Manoel de Jesus Correia, para se prover a Elleição da nova meza, que tem de funcionar no anno de mil oito centos e cincoenta e nove, a mil oito centos e sessenta, conforme marca o actual compromisso. Procedido o escrutinio secreto, forão eleitos por maioria de votos os seguintes senhores, para Juiz (ilégível), Juiza Catharina Roza Ferreira de Jesus, Thesoureiro Joaquim Silverio Gomes, Secretario Antonio (ilegível), Procurador Victorio Antonio de Mello, mordomos, (ilegível) Severiano da Silva, Manoel de Jesus Correia, Theodóro Jozé dos Santos, Francisco Lopes (ilegível), Bernardino Jozé Pereira da Costa, João Antonio Alves, Jozé Lopes de Souza, Pedro de

Souza Guimaraes, Domingos Salgado, Theodóro [...] (Transcrição documental)²⁸.

Africana, comerciante e cristã, foram estes os perfis analisados até este momento sobre a vida de Catharina Mina que se tornou uma mulher de poder econômico considerável, ilustrando que “[...] no quadro do Brasil escravista, não havia apenas negros escravizados, ou libertos, completamente aquém das práticas culturais ditas ‘civilizadas’” (CRUZ, 2011, p. 932).

Um outro perfil aqui se destaca, é o de senhora de escravos. Sendo portanto um tema bastante complexo, é preciso analisá-lo de forma sensível, afinal, a própria Catharina sentiu na pele as dores de ser uma mulher escravizada no Maranhão. É o que examinaremos a seguir.

3.3 Senhora de escravos?

O fato de Catarina possuir escravos é mais do que uma afirmação. Esta conjuntura nos leva a alguns questionamentos. Como estamos analisando documentos tipográficos, é preciso recorrer a eles para compreender a relação que Catharina Mina tinha com seus cativos, mas antes precisamos partir das características de ascensão econômica dentro do universo oitocentista.

Possuir bens e *gentes* era determinante para garantir um reconhecimento entre a sociedade abastada. Afinal, o escravizado era visto como produto ou propriedade, meio de garantia de renda, reduzido a *coisa* ou *peça*, termo bastante utilizado entre traficantes de escravos. As poucas oportunidades de se alcançar a liberdade nesta conjuntura não eram favoráveis, pois mesmo após a manumissão, o negro era estigmatizado por ter vivido a realidade da escravidão. “Vencer os limites da sobrevivência e se integrar ao universo dos livres variava na razão direta das oportunidades que lhes fossem oferecidas após o período de manumissão.” (RODRIGUES, 2005, p. 11).

Integrar-se, envolvia passar por um processo de assimilação, o que significava incluir em suas atividades econômicas a figura do escravizado. Para Catharina não foi diferente, como acompanhamos acima, a africana alargou os seus negócios durante os anos de atividade comercial, o que lhe propiciou um

²⁸ Arquivo Público do Estado do Maranhão - Livro 242 - Livro de eleições e termos de posse da irmandade do Glorioso São Benedito.

reconhecimento social significativo em um ambiente em que o negro era reduzido à servidão. Contudo, algumas atitudes não podem ser deixadas de lado, como a declaração de liberdade noticiada no *Publicador Maranhense* que Catharina concedeu a Manoel Lino Ferreira de Jesus, em 1877, onze anos antes da abolição²⁹.

É importante ressaltar ainda que nesses jornais consultados não constaram qualquer registro que indicasse uma relação de violências entre Catharina e seus cativos. Nenhuma notícia sobre violência, sobre fuga entre seus cativos. Mesmo na oralidade encontramos registros que conferem a comerciante e seus escravizados uma forma completamente diferente da história hegemônica entre senhores e escravos.

Em seu testamento ela concedeu a liberdade a todos que ainda viviam em sua jurisdição. Os cativos presentes no documento foram contemplados com a herança que a mesma senhora designou, optando por dar a responsabilidade de testamentários aos cativos Catharina de Jesus Ferreira e Alexandre de Jesus Ferreira, mãe e filho, que também foram herdeiros da senhora

Nomeio meus testamentários aos meus herdeiros Catharina e seu filho Alexandre, que servirão conjuntamente ou cada um de per si, na ordem em que estão escriptos, isto é, em primeiro lugar a Catharina e em segundo a Alexandre, aos quaes peço e rogo queiram cumprir as minhas disposições como se acham declaradas, e lhes marco o praso da lei a residencia deste meu testamento que vai todo escripto pelo tabelliam interino Wenceslau Filomeno Nunes Paes, a medida que eu lh'o ia dictando e pelo mesmo a meu rogo assignado depois de eu o ouvir ler e achar muito conforme - Maranhão, dezoito de Fevereiro de mil oitocentos e oitenta e seis (Transcrição documental)³⁰.

Os mesmos indivíduos assumiram a responsabilidade de organizar a sepultura da finada. No ano de 1886, com a missão cumprida, publicaram agradecimentos a todos que acompanharam o cortejo e enterro de Catharina, conforme podemos acompanhar no que foi noticiado no dia 17 de Maio

Alexandre de Jesus Ferreira e sua mãe Catharina de Jesus Ferreira, com abundância de coração agradecem a todas as pessoas, que na tarde de 12 do corrente, acompanharam o cadaver de sua querida benfeitora, ao cemitério da misericórdia, e aproveitam a ocasião para convidar a seus parentes e amigos e aos da finada, para assistirem as missas que se têm rezar no dia 18 as 6 ½ horas da manhã, na igreja da Conceição, confessando desde já seu eterno agradecimento³¹.

²⁹ *Publicador Maranhense: Jornal do Commercio, Administração, Lavoura e Industria*, [Maranhão], anno XXXVI, n. 186, p. 4, juj. 1877.

³⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Testamento de Catharina Rosa Ferreira de Jesus, 1886.

³¹ Pacotilha: jornal da tarde, Maranhão, anno VI, n. 117, p. 3, maio 1886.

A comerciante lida com seus cativos não como uma senhora aquém daqueles que estão sob sua jurisdição, mas aparece como benfeitora, tratando-os como herdeiros e os elegendo para administrar seu testamento, demonstrando a confiança que depositava em Alexandre e sua mãe. Dois anos depois, Alexandre retornou à *Pacotilha* para anunciar a finalização das atividades testamentárias, Sua mãe também tinha falecido neste intervalo de tempo, conforme noticiado abaixo:

Testamentaria - Alexandre de Jesus Ferreira, herdeiro, testamenteiro e inventariante dos bens de Catharina Rosa Ferreira de Jesus e de sua mãe Catharina de Jesus Ferreira, declara para os fins convenientes, que os dous casos acima, nada devem, que os inventários estão julgados e bem assim a residencia do testamento; por conseguinte, os seus bens estão livres e desembaraçados, o que tudo prova com os documentos em seu poder e respectivos cartórios³².

No inventário da africana percebemos que ao longo de sua vida ela seguiu um padrão com relação aos cativos. A maior parte dos que estão registrados como seus subalternos formaram família e a finada demonstrou um cuidado muito grande em contemplar todos eles como herdeiros de seus bens. Entre eles deixou uma casa de morada inteira na Rua das Crioulas ao seu escravo Benigno “[...] por morte deste passará para sua filha Maria, havida com a mulher livre Izidora [...]” (Transcrição documental)³³. Além de objetos de ouro a alguns destes cativos .

Catharina deixou aos cativos mais novos uma quantia em dinheiro no banco, que deveriam recolher quando completassem a idade devida, conforme consta em seu testamento: “[...] se reconhecerão a juros na Caixa Econômica desta cidade, para lhes serem entregues com os respectivos juros quando atingir a maior idade”³⁴.

Apesar da aproximação íntima e um cuidado sensível para com estes sujeitos, Catharina não deixa de exercer o papel de senhora de escravos, os seus atos de benfeitoria se acentuam, contudo, a comerciante não deixou de exercer a lógica comercial, é preciso entender que como uma mulher de seu tempo dedicada à mercancia, Catharina comprou cativos e estes estavam sujeitos à sua jurisdição.

³² Pacotilha: jornal da tarde, Maranhão, anno VIII, n. 230, p. 3, ago. 1888.

³³ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Testamento de Catharina Rosa Ferreira de Jesus, 1886.

³⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Testamento de Catharina Rosa Ferreira de Jesus, 1886.

4 UMA PRESENÇA QUE RESISTE AO TEMPO

Tendo percorrido os vários momentos da vida de Catharina Rosa Ferreira de Jesus por meio de algumas notícias publicadas nos periódicos da época, buscamos aqui refletir sobre os aspectos noticiados após sua morte.

Em uma breve análise destes materiais tipográficos, pode-se afirmar com segurança que Catharina Rosa Ferreira de Jesus é a mulher africana mais citada nos impressos maranhenses. É importante ressaltar que essas informações são positivas, visto que o corpo preto no Brasil dos séculos XVIII e XIX, era noticiado como mercadoria ou como transgressor.

Seu reconhecimento não findou após sua morte, como podemos verificar na publicação do dia 12 de Maio de 1886 na *Pacotilha*

Deixou hontem de existir Catharina Rosa Ferreira de Jesus, vulgarmente conhecida como Catharina Mina. Tinha a finada uma individualidade perfeitamente acentuada entre nós. De humilde codição servil em que foi transportada para aqui, conseguiu elervar-se até viver na abundancia, deixando por sua morte uma sofrivel fortuna, feita a custa de muito labor. Em seu solemne testamento, deixou livre todos os escravos que possuia³⁵.

O jornal destacou a subjetividade da comerciante, mostrando que mesmo tendo conquistado sua liberdade, estava marcada pelo estigma da *condição servil*. Neste anúncio há o reconhecimento de que Catharina conquistou sua riqueza por conta própria, fruto de *muito labor*, concedendo por meio do testamento a liberdade aos seus cativos. Sua vida foi tão marcante na cidade, que a rua onde tinha sua mercância, passou a ser citada como *Beco de Catharina Mina*.

Presas na memória dos ludovicenses³⁶, Catharina foi e é vista como um grande exemplo a ser seguido. Ainda no jornal *Pacotilha*, já na primeira década do século XX, a africana é utilizada como modelo em uma crítica feita a finada Amélia Rosa Galvão, conhecida como *Amélia Café*, mulher negra e também comerciante. Segundo o jornal, a finada era “[...] propensa por natureza às leis da beneficiência [...]”³⁷.

O temperamento de Amélia é apontado como uma falha para a prática comercial levando seus devedores a não pagarem suas dívidas, concluem dizendo

³⁵ Pacotilha: jornal da tarde, Maranhão, anno VI, n. 113, p. 3, maio 1886.

³⁶ Como são chamados os nascidos em São Luís do Maranhão

³⁷ Pacotilha: jornal da tarde, Maranhão, anno XXIX, n. 26, p. 2, fev. 1909. Revistas e Bombardeios (entre parenthesis) Seção Funebre.

que a mesma deveria adotar o proceder da negra Catharina Mina, que raras vezes vendia seus produtos fiado.

Essa história relatada no jornal traz a africana para o centro de uma discussão, não como uma simples personagem histórica, mas como modelo a ser seguido, exemplo de empreendedora, que não permitia qualquer manipulação por parte de aproveitadores.

A verdade é que Catharina nunca deixou de se impor, e sempre se posicionou frente à sociedade ludovicense, reconhecendo sua importância e sua notoriedade, assim como jamais parece ter permitido qualquer brecha para ser desqualificada ou perseguida.

A africana pode ser interpretada como a personificação da quebra de paradigmas, da imposição hierárquica imposta à sociedade da época, onde os homens brancos permaneceram no topo da hierarquia, enquanto os demais sujeitos ocuparam os postos da subalternidade.

Como mulher preta, Catharina ocuparia um destino de inferior do inferior. Entretanto, dadas as suas atividades, sua personalidade e estratégias, ela construiu outras possibilidades que a dinâmica estrutural dos oitocentos não pode conter.

Apesar da invisibilização dessas narrativas ao longo dos séculos, as histórias de Catharina permaneceram presentes no cotidiano ludovicense, mesmo com adições e informações não fundamentadas. Há muito ainda a ser descortinado, quer a partir das pesquisas e publicização dessas histórias, quer na forma de contá-las e torná-las conhecidas, conferindo a mesma importância que se dá à chamada história oficial que não contempla e nem se debruça às narrativas dos negros, dos indígenas e das mulheres. Esses sujeitos em grande parte, construíram efetivamente nossas histórias. Afinal, “Para as ideias de civilização, progresso e ordem, pouco espaço houve aos africanos e seus descendentes. Inferiorizada, a história dos negros não coube dentro de um projeto de nação brasileira.” (FORTUNA, 2007, p. 5).

Não existe uma história brasileira sem o negro e o indígena. Contudo, pouco conhecemos desse passado, desconhecimento este, nutrido pelo racismo, mas também, e em grande parte, causado pelo desinteresse a estas narrativas no fazer história. Contudo, é preciso considerar que “[...] o reconhecimento das identidades particulares no contexto nacional se configura como uma questão de justiça social e de direitos coletivos [...]” (MUNANGA, 2015, p. 22).

Apoiados neste pensamento, reconhecemos que o ato da investigação e produção dos historiadores, pode contribuir significativamente na superação destas injustiças que apagaram importantes trajetórias, como a de Catharina Mina, pois um caso não investigado está fadado ao esquecimento, ou à propagação dos relatos infundados que atingem sobremaneira, o passado negro e indígena.

O caso da africana que fez fortuna no Maranhão tem sido, até o momento, pouco aprofundado pela academia. No entanto, alguns trabalhos foram fundamentais para esta pesquisa, contribuindo significativamente para o êxito dos resultados desta investigação, como examinaremos a seguir.

4.1 Catharina Mina na escrita acadêmica

Entre os poucos escritos acadêmicos sobre a vida da africana mina que viveu no Maranhão desafiando a conjuntura escravista, destacam-se os trabalhos de Iraneide Soares da Silva, em seu artigo intitulado *Catharina Rosa Ferreira de Jesus - uma africana mina do século XIX, na ilha de São Luís do Maranhão/Brasil*; Edna Maria de Carvalho Chaves, em seu artigo *Catarina Mina - um fio invisível no tecer da história, uma mulher negra e escrava tecendo história no Maranhão, na segunda metade do século XIX*, e Hanayrá Negreiros, que escreveu o artigo *História do vestir de Catharina Mina - costurando idéias iniciais sobre as modas de uma mulher africana no Maranhão oitocentista*. Todos esses estudos são do ano de 2021.

As autoras desenvolvem suas pesquisas a partir das fontes documentais como testamento e inventário de Catharina Mina, restaurado e conservado pelo arquivo público do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

[...] os testamentos parecem ser documentos privilegiados para detectar sentimentos e atitudes face à morte, já que se trata de textos redigidos normalmente com esta realidade muito próxima, a iminência da morte confere ao texto registrado uma acentuada viveza que transparece, apesar da utilização frequente de fórmulas notariais estereotipadas. (PINA, 1996, p. 126).

Consideramos, que entre os três artigos, o trabalho de Iraneide Soares da Silva, foi o que mais se debruçou nas entrelinhas do testamento, revelando a força da subjetividade daquela mulher africana que viveu no Maranhão até o ano de 1886. Iraneide Soares da Silva (2021), apresenta o seu encontro com a história de Catharina Mina que é intensamente presente na oralidade dos ludovicenses. Impactada pela história da africana, a autora resolveu buscar outras informações. É

no arquivo do TJMA que encontrou o testamento e inventário de Catharina Rosa Ferreira de Jesus, como menciona:

No Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, conheci a personagem histórica Catharina Rosa Pereira de Jesus, a partir do seu registro de Testamento, que data do dia 29 de junho de 1886. Aquele longo documento manuscrito, guardado no acervo do Arquivo, Instituição esta que guarda documentos processuais manuscritos, datilografados e impressos que datam a partir do século XVIII de diversas Comarcas do Estado, tais quais: São Luís, Alcântara, Caxias, Icatú, Imperatriz, Cururupu, Coroatá, Viana, Rosário, Itapecuru-Mirim, Brejo, entre outras. Ressalte-se também a guarda de obras raras como Códices, Livros de Registro de Testamentos, Registros Gerais e Registro de Notas de comarcas, tais como o Livro de Registro de Notas da Comarca de Viana 1776-1791, e o Regimento da Relação de 1813; a Carta da Relação do Maranhão de 1832, que são os documentos de nascimento do Tribunal de Justiça do Maranhão, o terceiro mais antigo do país, instituído em 1811 e instalado somente em 04 de novembro de 1813. (SILVA, 2021, p. 4).

Embora no artigo de Iraneide Soares da Silva apareça algumas vezes o sobrenome Pereira, o nome oficial da africana é Catharina Rosa Ferreira de Jesus. É importante destacar isso para que se evite qualquer confusão a respeito de sua identidade na história. Para além desta observação, destacamos aqui o importante trabalho do Arquivo do TJMA, na conservação e restauração de vastas documentações fundamentais para o exercício do fazer histórico no Estado.

O encontro da pesquisadora com esta documentação, nos possibilitou ir mais a fundo na história de alguém que vagava entre uma ou outra narrativa, ora contribuindo para fortalecer o pouco que a literatura designava à personagem Catharina Mina, associada a um beco da cidade, figurada no livro *Caminhos de São Luís*, do escritor Carlos Lima (2007), como a liberta que tornou-se senhora de escravos e que passeava pelas ruas da cidade.

Iraneide Soares da Silva (2021) ingressa na vida jurídica de Catharina, na estrutura econômica que a comerciante angariou ao longo de sua existência, uma mãe que perdeu seu único filho, um retrato da força de uma mulher sagaz, preta, rica e sábia. Esse legado contempla, profundamente, os vários aspectos que envolvem a memória da africana, quer oralmente, quer pelos documentos aqui explanados, quer pela literatura.

Ao analisarmos os documentos que tratam de Catharina Mina, encontramos a Catharina mulher, não somente a rica ou a boa cozinheira, mas a Dona Catharina, que se dizia de nação Mina. Dona Catharina Rosa Ferreira de Jesus, como assim está escrito naqueles documentos tão frios para guardar tão rica memória. Ela, diferente de outras mulheres, como Adelina Charuteira, Maria Firmina dos Reis, entre outras, não aprendeu a ler nem a escrever. A escrita do seu Testamento foi feita por alguém da sua confiança sob a narrativa dela. (SILVA, 2021, p. 8).

O trabalho de análise deste artigo rompeu a barreira que mantinha a narrativa sobre essa personalidade histórica, presa à superfície, com informações conhecidas, no imaginário social, porém, sem sustentação de base documental. A pesquisadora seguiu seu desenvolvimento apresentando partes do testamento, demonstrando por meio dele, todo o movimento que envolvia a vida dessa mulher africana no Maranhão oitocentista. É importante entender a força desta fonte analisada, e o quanto um documento de testamento pode ilustrar aspectos da intimidade de quem o escreve, neste caso, de quem dita o que deve ser escrito, já que Catharina não sabia ler, nem escrever, “A escrita do seu Testamento foi feita por alguém da sua confiança sob a narrativa dela.” (SILVA, 2021, p. 8).

De fato, Catharina decide redigir seu testamento no ano de 1886, poucos meses antes de sua morte. As palavras escritas ganham peso jurídico irremediável, o que seguramente foi respeitado por aqueles a quem ela confiou na administração dos seus desejos. No documento, registraram-se as relações da preta mina com famílias brancas e abastadas da cidade, sua dinâmica religiosa, e seus conselhos aos beneficiários, sobre como devem usar os benefícios herdados.

Ao finalizar a leitura desta primeira parte do Testamento de Catharina, compreendemos a importância daquela mulher na memória da cidade de São Luís, sobretudo por se tratar de uma mulher negra, que viveu e experienciou os espaços urbanos das ruas de São Luís em tempos muito difíceis, o século XIX. Especialmente no campo das relações, para os homens e mulheres negras que viviam as adversidades do mundo do trabalho, aliadas aos racismos, sexísimos e discriminações de toda ordem. Ademais, a história e a memória de Catharina Mina nos fez perceber a dimensão que muitos homens e mulheres negras trabalhadoras nas mais diversas condições jurídicas tinham de articulação e, de certa forma, domínio no sentido de conhecimento da dinâmica histórica, cultural e social da cidade. (SILVA, 2021, p. 11).

O acesso a estas fontes possivelmente nos levará a ter essa mesma impressão que Iraneide Soares da Silva (2021) explica tão bem em seu artigo, além de nos ajudar a observar o corpo preto na história por uma outra ótica, não mais aquela que se atrai às explicações homogêneas sobre estas sociedades. Ao contrário, são esses passos dados no fazer histórico que descortinam as subjetividades de quem não se encaixou no plano esperado pelos escravistas.

Em matéria de resistência, os caminhos foram muitos, conforme apontado aqui, Catharina Mina resistiu ao longo de sua existência. Sua memória continua resistindo em nossa contemporaneidade, não mais como uma história desconhecida, mas como modelo, referência preta, digna, sagaz, inteligente e perspicaz,

representante de tantas outras mulheres que ainda hoje se movimentam em um país não tão diferente daquele em que Catharina precisou viver e sobreviver.

Assim como Iraneide Soares da Silva (2021), Edna Maria de Carvalho Chaves (2021), aborda o testamento da africana, mas com menos intensidade Ela chama atenção para as lacunas existentes na historiografia sobre a história das mulheres, tendo como recorte de sua pesquisa o exemplo da africana.

Falar da Catarina Mina é recuperar sua história e a história da mulher, isso só é possível porque essas marcas transformaram-se em fontes que o historiador, ao examinar, é colocado diante de um problema que deve ser interpretado segundo a sociedade no seu tempo. (CHAVES, 2021, p. 92).

Edna Maria de Carvalho Chaves, aponta para a vida de Catharina como símbolo de resistência diante de uma sociedade patriarcal, rompendo o anonimato conferido às mulheres, especialmente aquelas que viveram a realidade da escravidão. Além de compartilhar inúmeros relatos sobre a africana, presente nas produções de alguns literatos maranhenses, a autora aponta para a necessidade de se reconhecer esses vultos esquecidos pela história oficial.

Hanayrá Negreiros (2021), por sua vez, apoia-se na imagem e no texto de João Affonso, anteriormente apresentados neste trabalho, assim como no testamento e inventário da africana, colocando-a como ícone do modo de vestir oitocentista, mostrando uma vez mais que, existem inúmeras possibilidades para se falar, compartilhar e enaltecer a história de homens e mulheres negras no Brasil, reafirmando que a história afro-brasileira não se reduz à escravidão.

Estes significativos trabalhos, abriram portas para tomar novos caminhos sobre a trajetória da conhecida Catharina Mina. Até o presente momento, nenhuma outra pesquisa utilizou como fonte primária os jornais oitocentistas, exclusividade deste trabalho, que entende a anunciologia como ferramenta indispensável para entender o protagonismo de ex-escravizados que de alguma forma ultrapassaram as barreiras da escravidão, como o caso em questão. No entanto, sem as contribuições das autoras destacadas acima, o caminho a ser trilhado seria muito mais difícil, afinal, a construção da historiografia não deixa de ser coletiva.

Entre testamento e inventário, as anunciologias e a análise documental, Catharina Mina inegavelmente, fez e faz história no Maranhão. Os ecos da sua existência perpassam nossas questões contemporâneas, sendo sem dúvidas, muitas vezes, resposta para estas questões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre a Atenas Brasileira e a Diáspora Africana em São Luís, existem muitas histórias. A capital da província do Maranhão é historicamente marcada pela presença indígena e africana, esta última, intensificada pelo estabelecimento da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, na segunda metade do século XVIII.

A entrada de inúmeras pessoas trazidas compulsoriamente do continente africano, modificou a urbe ludovicense daquela época. O crescimento da economia gerado pela agroexportação dividia a ilha entre os espaços ocupados pelos ricos e os pobres, livres e escravizados, brancos, mestiços e pretos.

Os jovens *atenienses*, eram mantidos pela força de trabalho do povo escravizado. Suas conquistas acadêmicas, literárias e econômicas, foram viabilizadas por esta estrutura hierárquica e violenta, característica visível do passado brasileiro. Nessa dinâmica da escravidão urbana, os sujeitos escravizados encontraram as brechas para conquistar sua liberdade, construir suas redes de sociabilidade e lutar por dias melhores, mesmo que, para aqueles que vieram nos porões das ultrajantes embarcações, ascender nesta sociedade fosse algo quase impossível, muitos conseguiram construir e criar seus espaços, garantindo mas do que a liberdade, a sua emancipação.

Catharina Rosa Ferreira de Jesus é um nome ativo da história brasileira. Entre tantos vultos, sua passagem pelo cenário brasileiro dos oitocentos, não deve passar despercebida. Catharina não foi suplantada. Ela fez história. Foi a partir destas narrativas que ampliamos a possibilidade de acesso a outras narrativas não contadas, especialmente aquelas que representam a participação efetiva das chamadas minorias.

Na dinâmica estrutural do Brasil oitocentista, a mulher sempre foi vista no papel de submissão diante do homem branco, realidade adotada do ethos europeu em sua organização social e religiosa. Nesse sentido, a mulher negra é definida como inferior do inferior, pois estaria na hierarquia, abaixo do homem negro, ou seja, ela deveria estar na base da pirâmide.

No Maranhão, entre tantas outras histórias, a de Catharina Rosa Ferreira de Jesus, salta os olhos e mostra que sua jornada ultrapassou as barreiras provocadas pela escravidão. Uma vida ligada ao tumbeiro, dificilmente gozaria de ascensão no

Brasil escravista. Assim, essa preta mina desafiou a realidade, rompendo a dinâmica que a inferiorizava. Tornou-se comerciante e enriqueceu entre os homens empreendedores do trapiche. Participou ativamente da vida social de São Luís. Foi noticiada diversas vezes nos jornais mais importantes da cidade, ora vendendo seus produtos, ora pagando impostos, informando notícias importantes, agradecendo ou se posicionando, manifestando seu compromisso com a fé. A africana ingressou na história como uma das mais noticiadas nos jornais da época, de forma positiva.

Próximo a sua partida, deixou um vasto testamento revelando ser solteira e católica, sem herdeiros, pois seu filho faleceu em 1859, conforme noticiado nos jornais. Olhando mais a fundo, percebemos que o perfil de senhora de escravos escapava da realidade de Catharina, uma vez que optou por eleger entre seus cativos, os testamenteiros Catharina Ferreira de Jesus e Alexandre Ferreira de Jesus, mãe e filho, que receberam o sobrenome de sua senhora. Catharina era dona de famílias cativas, o que se revela em seu testamento, indicando que não era praxe da africana separar estas famílias escravizadas.

Sua relação com estes cativos revela-se mais profunda ao conceder-lhes a liberdade e parte de seus bens, deixando aos mais novos, dinheiro no banco para ser resgatado quando completassem a maioridade. Esta Catharina, até então resumida a um personagem pitoresco da cidade de São Luís, na verdade foi uma das mulheres mais sagazes da nossa história, de inteligência acentuada, sobrevivendo e resistindo com muitas estratégias.

Olhar para a existência de Catharina Mina é ter certeza de que a história negra do Brasil não deve ser resumida pela ótica da escravidão. É possível acessar essas histórias a partir de outros eixos, compreendendo que apesar da escravidão ser uma marca indelével na história afro-diáspórica, esse âmbito é uma pequena parte de um enredo muito maior e complexo, permeado por lutas e conquistas, em que se destacam inúmeras personalidades, como Catharina Mina. Esses personagens precisam ser considerados pela história, já que sua importante contribuição pode responder questões latentes na contemporaneidade, especialmente às questões étnico-raciais e de gênero.

Em nada perdemos ao evidenciar essas narrativas, ao contrário, possibilitamos que o olhar para a história negra, seja cada vez mais abrangente, e menos superficial, aprofundando nossa perspectiva com relação ao passado do Brasil. A trajetória da africana mina representa outro lado da história das mulheres

pouco trabalhado pela historiografia. Descortina no mundo as mulheres libertas, suas relações e estratégias de emancipação, no caso de Catharina, uma ex-escrava que se tornou senhora de escravos, fazendo fortuna a partir do comércio de farinha, acumulando riquezas e consolidando seu nome na cidade.

Os jornais mostram essa presença, sem destacar a princípio a origem de Catharina. Isso só é possível descobrir a partir do anúncio de falecimento da africana. Essa situação fortalece a ideia de que o caso de Catharina não deve ser tratado como raro, já que a identidade étnica de uma pessoa é apresentada em documentos específicos, ou seja, sem uma informação prévia sobre a origem da comerciante, em um primeiro olhar, não imaginaríamos que se tratava de uma africana, já que no imaginário brasileiro, o sujeito africano está associado a papéis sociais menos prestigiados.

A ancestralidade negra caminhou por todas as esferas sociais, política e econômica. Esteve presente na justiça e nos esportes, na literatura e nas artes, vivendo e revivendo na cultura brasileira, provando constantemente que não há história do Brasil sem história negra. No período oitocentista, Catharina Mina se movimentou e sua contribuição para toda a sociedade afro-diaspórica no Brasil permanece atuante, para nutrir a luta das mulheres brasileiras, e mostrar que mais que um corpo escravizado, a história preta é história de líderes, heróis e heroínas. Histórias escritas e registradas para nunca mais se perder.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, João. **Tres seculos de moda**: a proposito do tricentenário da fundação da cidade de Santa Maria de Belém, capital do Estado do Gram-Pará. Belém: Tavares Cardoso & Ca., 1923.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **De Caboclos a Bem-te-vis**: formação do campesinato numa sociedade escravista - Maranhão. 1800-1850. São Paulo: Annablume, 2015.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 32-71, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/168/164>. Acesso em: 23 out. 2023.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Histórias do Balaio”: historiografia, memória oral e as origens da Balaiada. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67-90, 1998. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/94>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- BARROS, José D.'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas –uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Lisboa, v. 52, p. 397-419, 2021. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/8691>. Acesso em: 23 out. 2023.
- BONOMO, Juliana Resende. O tabuleiro afro-brasileiro: o abastecimento alimentar e a resistência das quitadeiras negras no Brasil do século XVIII. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 22., 2014, Santos. **Anais [...]**. Santos: ANPUH, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405976865_ARQUIVO_OTABULEIROAFROanpuhsantos.pdf. Acesso em: 28 maio 2023.
- BORRALHO, José Henrique. **A Athenas Equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro. 2009. 332f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009.
- BORRALHO, José Henrique. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. São Luís: Café & Lápis; FAPEMA, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAVES, Edna Maria de Carvalho. Catarina Mina: um fio invisível no tecer da história, uma mulher negra e escrava tecendo história no Maranhão, na segunda metade do século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, São Luís, n. 47, p. 92-107, 2021. Disponível em:

<https://www.editorauema.uema.br/wp-content/uploads/files/2021/09/revista-instituto-historico-e-geografico-do-maranhao-1632145344.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 20, p. 241-263, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6733594>. Acesso em: 21 maio 2023.

CRUZ, Marileia dos Santos. Famílias e alunos de origem africana no Maranhão do século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 4, n. 144, p. 928-947, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/rJyNkYY7NymzSp5w7HHT5gc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

DE LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

DIAS, Maria Odila da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 89-109, 1985. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157230>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 119-158.

FORTUNA, Cláudia Prado. Os institutos históricos e geográficos e alguns discursos sobre os negros na história da nação. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 7, n. 1, p. 101-117, 2007. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/118>. Acesso em: 21 nov. 2023.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. aum. São Paulo: Ed. Nacional; [Recife] : Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/419/1/370%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> . Acesso em: 6 ago. 2023.

GALVES, Marcelo Cheche. A independência do Maranhão entre efemérides. **Almanack**, Guarulhos, n. 33, ep00123, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463333ep00123>. Acesso em: 5 dez. 2023.

GOMES, Agenor. **Maria Firmina dos Reis e o Cotidiano da Escravidão no Brasil**. São Luís: Editora AML, 2022.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/11/Escravismo-Colonial-Web.pdf>. Acesso em: 21 maio 2023.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, p. 121-160, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21034>. Acesso em: 21 maio 2023.

JESUS, Matheus Gato de. **Racismo e Decadência: sociedade, cultura e intelectuais em São Luís do Maranhão**. 2015. 141f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11052016-130154/publico/2015_MatheusGatoDeJesus_VOrig.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

JÚNIOR HOLANDA COE, Agostinho. As irmandades religiosas em São Luís e sua missão salvacionista. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 4, n. 3, p. 1–12, 2007. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/682>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfico da província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. Microhistoria e Historia Global. **História Crítica**, Colombia, n. 69, p. 21-35, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rhc/n69/0121-1617-rhc-69-00021.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís: ruas, logradouros e prédios históricos**. 2. ed. São Luís: Vozes, 2007.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. São Luís: Typ. do Frias, 1970.

MEIRELLES, Mário. **História de São Luís**. Organização Carlos Gaspar, Caroline Castro Licar. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2012.

MENNUCCI, Sud. **O precursor do abolicionismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1938. (Brasíliana, v. 119).

MOTA, Antonia; BAROSSO, Daniel. economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850). **Revista de História**, São Paulo, n. 176, a07815, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121833/122727>. Acesso em: 5 dez. 2023.

MOTA, Antônia da Silva; CAPEL, Heloisa Selma Fernandes. Potencialidades de ensino e pesquisa em espaços de sociabilidade: as irmandades negras em São Luís do Maranhão. **Educação e Linguagem**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 37-59, 2022.

Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/1037570>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos brasileiros**, São Paulo, n. 62, p. 20-31, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdctyJgSnNKJQ7dMVGz/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NEGREIROS, Hanayrá. Histórias do vestir de Catharina Mina. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 2, p. 131-145, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3514/2983>. Acesso em: 21 nov. 2023.

PEREIRA, Josenildo. A rebeldia do trabalho em tempos de escravidão: nuances da experiência do Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 8, n. 2, p. 197-215, jul./dez. 2021.

PEREIRA, Josenildo. **As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. 206 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-103448/publico/TESE_JOSENILDO_JESUS_PEREIRA.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

PEREIRA, Josenildo. Na fronteira do cárcere e do paraíso: escravidão, cotidiano e resistência escrava no Maranhão Oitocentista *In*: COELHO, Mauro Cezar *et al.* (org.). **Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005. p. 176-190,

PINA, Izabel Castro. Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV. *In*: MATTOSO, José (org.). **O reino dos mortos na Idade Média Peninsular**. Lisboa: Edições João de Sá da Costa, 1996. p. 125-164.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação Econômica do Brasil**. [S. l.: s. n.], 1945. Disponível em: http://resistir.info/livros/historia_economica_do_brasil.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção repensando a história).

RIBEIRO, Nathalie de Jesus Maria; RÊGO, Safira Ravenne da Cunha. O “silenciamento” da voz negra feminina: uma análise discursiva da obra de Maria Firmina dos Reis. **Cadernos Cajuína**, Piauí, v. 4, n. 1, p. 208-231, 2019. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/265/187>. Acesso em: 25 maio 2023.

RODRIGUES, Vilmaria Lúcia. Negras Senhoras: o universo material das mulheres africanas forras. *In*: COLÓQUIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 1., 2011, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: LAHES, 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a69.pdf>. Acesso em: 21 maio 2023.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de Jornalismo: a Imprensa no Maranhão 1820-1880**. 2. ed. Rio de Janeiro : Editores Faro & Lino, 1883.

SEVERO, Cristine Gorski. Cristianização de escravizados no Brasil do século XVIII e a questão da língua. **Revista LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 9,n. 1, e53967, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/download/53967/32338>. Acesso em: 23 out. 2023.

SILVA, Iraneide Soares. Catharina Rosa Ferreira de Jesus: uma africana mina do séc. XIX, na ilha de São Luís do Maranhão/Brasil. **Feira Literária Brasil-África de Vitória-ES**, Vitória, v. 1, n. 4, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/flibav/article/view/36607>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX**. 2013. 177f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/pt-br.php>. Acesso em: 26 maio 2023.

STRIEDER, Inácio. A igreja e a escravidão no Brasil. **Ciência e Trópico**, Recife, v. 28, n. 2, p. 219-230, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/741>. Acesso em: 23 out. 2023.

VACCARI, Pedro Razzante. O Padre José Maurício Nunes Garcia: um embranquecimento historiográfico. **Música em Contexto**, Brasília, DF, v. 13, n. 2, p. 53-70, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/Musica/article/view/32057>. Acesso em: 28 maio 2023.

VERGER, Pierre. **Fluxos e refluxo: do tráfico de escravos então o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII ao XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão 1812-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.